

Educação no rumo certo

PELA PRIMEIRA VEZ, A SOCIEDADE BRASILEIRA E O PODER PÚBLICO DEFINEM EM CONJUNTO AS DIRETRIZES QUE DEVEM TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO E IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS



EDUCAÇÃO SUPERIOR

ARTIGO FALA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO "MERCADO" DAS IES NO BRASIL

100 ANOS DE LUTA

MULHERES EM BUSCA DE EMANCIPAÇÃO E PROTAGONISMO NAS INSTÂNCIAS DE PODER

AS VITÓRIAS DA CONAE

ENTREVISTA: COORDENADOR DA CONAE, FRANCISCO DAS CHAGAS, DESTACA DESAFIOS E CONQUISTAS DA CONFERÊNCIA



3 EDITORIAL
Novos rumos
para a educação
brasileira

4 ARTIGO TEÓRICO
Relações sociais de
classe e sexo

12 CURTAS das Filiadas

16 CAPA
Educação: proibido
estacionar

22 ENTREVISTA:
Francisco das Chagas

28 EDUCACIONAL - ARTIGO
A reestruturação
conservadora do
mercado

34 CURTAS da CONTEE

38 EM ALTA E
EM BAIXA

40 SINDICAL
Mais mulheres
no poder

45 SOCIAL
A nova Conclat
vem aí

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**
Coordenação Regional Sudeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**
Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**
Secretaria Geral: **Cristina de Castro**
Secretaria de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
Secretaria de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**
Secretaria de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
Secretaria de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
Secretaria de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
Secretaria de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3.500 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

Novos rumos para a educação brasileira

A educação brasileira vive um momento muito importante. Com a realização da Conferência Nacional de Educação, o País tem a oportunidade de pela primeira vez unificar bandeiras históricas de defesa da educação pública, democrática, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, por meio do delineamento do Sistema Nacional Articulado de Educação. E, neste sentido, a inserção do setor privado de ensino como parte integrante do Sistema, estando sob as mesmas diretrizes e sob real regulamentação do Estado, questão contemplada no documento base da Conferência, já é uma vitória dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino, que precisa ser destacada e comemorada.

Acreditamos assim que a educação brasileira, a partir desse momento, tem a chance de se estabelecer em um patamar que priorize a qualidade e se articule com um projeto de desenvolvimento nacional. E foi pensando nessas conquistas que preparamos esta edição da Revista CONTEÚDO.

Nas próximas páginas, você poderá conhecer em detalhes as propostas prioritárias da CONTEE para a CONAE, em unidade com diversas entidades do segmento educacional, bem como as medidas que exigem nossa maior atenção e cuidado para a implementação das desejadas transformações do setor. Leia também a entrevista exclusiva com o Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação e Coordenador da CONAE, Francisco das Chagas, em que faz um balanço detalhado de todo o processo de construção da Conferência e ressalta a importância da atividade. Confira ainda o rico e informativo artigo da professora Aparecida Tiradentes sobre as mais recentes articulações do empresariado da educação superior no País.

A CONTEÚDO Nº5 não poderia deixar de destacar a marca dos 100 anos do Dia Internacional da Mulher, com um texto sobre a atuação feminina nas instâncias de poder e a importância da participação das mulheres nas entidades sindicais. A questão da mulher é também o tema de um artigo teórico, assinado pela socióloga Mary Garcia Castro. Além disso, trazemos novamente as últimas informações sobre as atividades desenvolvidas pela CONTEE e suas entidades filiadas no período.

Por fim, uma matéria especial sobre a convocação da Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat, atividades que reunirão os principais representantes da sociedade civil organizada para debater sobre os rumos do Brasil.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith



Relações sociais de classe e sexo

Por Mary Garcia Castro*



O tema proposto para essa mesa, a discussão conceitual sobre “Produção e Reprodução – Relações Sociais de Classe e de Sexo” é da maior relevância para uma determinada corrente feminista: o feminismo alinhado a uma perspectiva marxista, que se norteia por uma prática de transformação das relações sociais em sua totalidade, tendo como meta uma sociedade socialista sem questão de classe, de sexo/gênero – termo a ser mais discutido a seguir – de raça e de geração, mas tendo como referência o concreto, o imediatamente vivido. É na sociedade capitalista em suas configurações terceiro-mundistas que a análise feminista-marxista situa a questão da mulher, a questão das especificidades culturais, político-ideológicas, a exemplo das divisões sexuais de trabalho, do poder e do prazer.

Na minha intervenção, eu vou privilegiar a discussão sobre a dinâmica entre classe e sexo/gênero, referindo-se especificamente aos conceitos de classe e gênero. Ao se substituir ou juntar ao termo sexo, o conceito de gênero, o que pretendem as feministas é demonstrar que o ser mulher e o ser homem são construções sociais, políticas e ideológicas. Segundo Simone Beauvoir, “não se nasce mulher, se é feita mulher”. Ao que acrescentam as marxistas, feita em um tipo de sociedade, sobredeterminada por formas de relações entre as classes. Então, o ser feita mulher em cada tipo e período de realização de um sistema social, ganha conotações particulares.

A partir de agora vou me referir não a sexo, mas a gênero, defendendo que em uma sociedade tipo a

brasileira, as vivências de relações de gênero, o ser mulher ou o ser homem, são qualificadas por construções político ideológicas de relações próprias de outras categorizações, como de raça, o ser negro, ser negra, por exemplo, em uma sociedade de classe. O nosso desafio na construção de novas relações sociais, de combate ao sexismo, ao racismo, na defesa da dignidade do trabalhador, da trabalhadora, da cidadania é identificar no dia-a-dia a alquimia entre opressões, discriminações e exploração.

Nessa linha de raciocínio, não caberia referir-se a relações sociais de classe ou de sexo/gênero, o que pode implicar em um viés marxista estruturalista, de reconhecimento de autonomias, admitindo que classe e sexo/gênero ocorreriam em paralelo. Também seria problemático referir-se às relações de sexo/gênero segundo as classes, o que pode implicar em escorregar em uma perspectiva marxista funcionalista, passando o conceito de classe a definir tudo. As pessoas se beijariam em função da sociedade de classe, iriam para a cama para reproduzir o capital etc. Este escorregão é próprio do marxismo vulgar, e só conduz a tautologias, a modelos fechados que não dão conta da complexidade do real. A proposta é discutir relações sociais de gênero em sociedade de classe, resgatando do marxismo científico, a história e a base material, as condições objetivas hoje.

Mas o grande desafio é entender o que seria esta base material, estas condições objetivas. Estariam limitadas à esfera da produção de bens e serviços, à relação de trabalho remunerado, ao enfrentamento capital e trabalho, ou passariam também pela esfera da reprodução, isto é, da produção dos seres, da força de trabalho, do trabalho doméstico, de formas de ver e entender, das construções culturais? O capitalismo hoje se realiza nas fábricas, nos bancos, nas repartições e invade sinhôs, entra nas casas – plim, plim, olha à TV – impõe ideias, fatos, formas de amar, de vestir etc... No consumo, na diluição da sociedade de

classes em uma sociedade de massas, a reprodução do sistema capital se legitima.

A discussão conceitual

Algumas referências gerais ao binômio produção/reprodução

Vou fazer mais referências à discussão sobre a interação entre produção e reprodução quando considerar os conceitos de classe e de gênero. Contudo, considerando a flexibilidade do uso do conceito de reprodução, abro um parêntese para algumas colocações específicas sobre este.

O conceito de reprodução é complexo, quer no marxismo, quer no feminismo. No marxismo, há referências à reprodução do capital e à produção dinâmica, em transformação – à reprodução das relações sociais.

Marx ao discutir a reprodução da força de trabalho, identifica o consumo do operário como indivíduo – seu nível de vida, e o seu

consumo para o capital, ou propriamente o seu consumo como força de trabalho. Há uma citação de Marx sobre a relação entre tipos de consumo na reprodução básica para refutar a crítica comumente feita ao marxismo, de redução maniqueísta da existência dos indivíduos aos interesses do capital, e destacar as ambigüidades na separação entre produção dos indivíduos e produção de um sistema, ou produção ampliada do capital – a reprodução, segundo Marx (1946 417-418):

Daí que o capitalista e o seu ideólogo, o economista, não consideram como produtiva senão a parte do consumo individual do operário necessária para a perpetuação da classe operária, quer dizer, que de fato tem que ser consumida, para que o capital consuma a força de trabalho: o demais, o que o operário consome para o seu próprio prazer, seria consumo improdutivo (Stuart Mill). Se a acumulação de capital determinara uma elevação do salário e portanto um aumento dos meios de consumo do operário sem consumo de mais força de trabalho para o capital, o capital adicional seria consumo improdutivo

(Ricardo). Em realidade o consumo individual do operário aquele em que o operário consome meios de subsistência é improdutivo para si mesmo, pois não reproduz mais do que o indivíduo indigente, e produtivo para o capitalista e o Estado, pois é a produção da força produtora da riqueza alheia. Até o seu consumo individual (do trabalhador) é dentro de certos limites, nada mais do que um elemento do processo de reprodução do capital.

Em outros textos Marxistas, a referência é a reprodução das relações sociais. Nesta acepção não haveria também limites entre produção e a reprodução. Loreta Valadares, em um artigo intitulado “A controvérsia Feminismo X Marxismo” (s.r.b.) cita um trecho de Engels, em “Carta a Bloch”, refutando a crítica de que o Marxismo tenderia a um viés economista que esclarece:

“... Segundo a concepção materialista da história, o fator que em ultima instancia determina a história é a produção/reprodução da vida real”

Em alguns textos feministas o conceito de reprodução é usado para destacar a esfera das relações sociais não diretamente monetarizadas, como por exemplo, o trabalho doméstico a produção ideológica, o sistema cultural – o que mais discutiremos em outras partes desta exposição. A referência é a produção de valores de uso e estilos de vida, destacando-se o âmbito da casa, da família. Também não há consenso quanto ao uso do conceito de reprodução nos textos feministas. Em alguns, a referência exclusiva é ao trabalho doméstico e a reprodução biológica. Já em outros, o interesse é a reprodução da identidade social da mulher, enfatizando-se a questão da consciência, ou da forma como as mulheres percebem suas condições de vida, rebelam-se e passam a sujeitos históricos das transformações de tais condições. Quando o interesse é buscar a reprodução da identidade da mulher, privilegia-se as dimensões da sexualidade, da reprodução biológica e da maternagem, focalizando-se tanto o imaginário, o socialmente selecionado como próprio da mulher, quanto às representações, às idealizações das mulheres sobre tais dimensões.

A discussão sobre relações sociais de sexo/gênero em uma sociedade de classe exige que se esclareça o que se entende por classe, o que tentarei

fazer a seguir, para melhor entendermos a alquimia tipo vinagre/óleo, entre classe e sexo/gênero.

Classe (I)

O termo classe social, em uma linha de reconhecimento das desigualdades sociais, sugere a definição geológica, de camadas estratificadas, superpostas, cada uma com características próprias. Aí estão os ricos, pobres, os de classe média, ou, de acordo com as pesquisas de opinião e sondagens quanto à orientação para o consumo, os da classe A, B ou C. A referência é a indivíduos visíveis, com formas e níveis de vida diferentes quanto a acesso à riqueza, distribuição de renda e algo mais ambíguo, preferências e valores diferenciados.

Mas não basta a referência a desigualdades sociais. O termo classe social é desnaturalizado pelo marxismo. Nos escritos de Marx, menos que a definição, propriamente, de classe, as referências são à luta de classe. Classe seria, portanto, uma categoria relacional, estando cada classe definida por sua relação com as demais, ou seja, nas relações sociais em que se enfrentam interesses, hierarquias de poder, antagonismo. Tal perspectiva, como discutiremos em outro bloco desta exposição, é também fundamental para a construção do conceito de gênero, indicando que o feminismo só se define por relação a, por contraposição a, ou identificando-se o que se convencionou socialmente como masculino. (Não se trata do antagonismo mulher X homem, mas de relacionar a construção social do feminino com a construção social do masculino).

A consciência do outro (antagônico) é básica. A classe dos explorados passaria a ser sujeito da transformação de sua situação, ênfase dada pelo marxismo, pela consciência de sua exploração, por um processo de capacitação cultural e ideológica.

Francisco Oliveira (1987) adverte sobre os perigos de uma interpretação economista das classes sociais, enfatizando que as classes se definem nas relações que mantêm entre si, nas “representações”, chamando atenção sobre a importância da ruptura nestas “representações”, para romper a aparente harmonia entre as classes. Tais colocações, como discutiremos em outra parte, quando

mais refletimos sobre o conceito de gênero, são referentes para a compreensão da construção social do masculino e do feminino, pois também se dão no âmbito das relações sociais, que envolvem tanto alianças como conflitos de interesses entre homens e mulheres, e a formação de atores – ou melhor, atrizes – sociais para o questionamento dos estereótipos, das hierarquias de poder em tal construção de gênero. Ora, nesta relação entre as classes, os indivíduos se apresentam uns aos outros por suas práticas de vida mais imediata, e nestas jogam as referências culturais e ideológicas relativas à sua própria categorização, no caso o ser homem ou o ser mulher, o que passa, mas ultrapassa a esfera da produção de bens e serviços, adentrando na reprodução cotidiana da existência. Segundo Gomes e Haicault (1987:24):

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. As exigências da análise levam-nos a atribuir a primeira o nome de produção e a segunda de reprodução... Curiosamente, enquanto o bom senso e utopia recomendariam que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, e o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda a modalidade da reprodução.

O trabalho das feministas de “sexualizar” as discussões sobre classe em um primeiro momento, na década de 1980, dirigiu-se mais a tirar a mulher da invisibilidade, demonstrando que a classe operária, por exemplo, não era homogênea, e que imbricadas à divisão social do trabalho, às desigualdades entre as classes sociais, operavam outras divisões, como a divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer, pelas quais caberia à mulher, controlada a posição de classe, os trabalhos mais mal remunerados, os cargos subalternos, o não ter falta, a não decisão sobre o seu corpo e sua sexualidade, atendo-se a gozar à vida de acordo com figurinos pré-moldados. Mais tarde, feministas e pesquisadores orientaram-se por indicar a importância social,

em particular nos países subdesenvolvidos, do trabalho da dona de casa, e as peculiaridades de viver o político, pelas mulheres, juntando-se o privado – a vida no grupo familiar – ao público, assumindo nos movimentos coletivos a luta por serviços tidos como de reprodução da existência, ao nível do bairro, a exemplo dos movimentos por creches, postos de saúde e escolas – questões que incidem no nível das classes trabalhadoras e setores populares. Mas o salto qualitativo nos escritos feministas é dado com a proposição do conceito de gênero, do sexo construído culturalmente, desde uma perspectiva relacional em que o homem e a mulher se representam. O conceito de gênero é usado para a compreensão da especificidade da mulher, e para reivindicar a importância dos esforços pela formação de uma consciência de gênero, que na América Latina é assumida como não subordinada, mas em interação com o processo de consciência de classe, se a referência é a mulher trabalhadora de setores populares.

Não é ao azar que os movimentos coletivos em que lideram as

mulheres, como os clubes de mães, as associações de bairro e outros, entrelaçam-se as reivindicações gerais por serviços e equipamentos e as específicas, como, por exemplo, por proteção à maternidade, à saúde da mulher, e, em muitos casos, campanhas pelo aborto, e, na maioria, conversas que passam pelo vivido no pessoal nas relações homem-mulher, firmando uma solidariedade mulher-mulher.

Gênero

A antropóloga feminista Gayle Rubin (1975) assim indica sua discussão sobre o que é gênero:

Certa vez Marx perguntou: “o que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Esta explicação é tão boa quanto à outra: Um negro é um negro. Ele se torna um escravo somente em certas relações”. Poderíamos então parafrasear: O que é uma mulher subordinada? Uma fêmea da espécie humana, esta explicação é tão boa quanto à outra: a mulher é uma mulher. Ela se torna uma doméstica, uma esposa, um objeto, uma coelhinha, uma prostituta ou um ditafone humano somente em certas relações (tradução in Viezzer, 1989).

A mesma metodologia usada para chegar à compreensão da identidade de classe é sugerida por tanto para definição do que é ser mulher: através da análise de práticas das relações sociais. Em linhas gerais, assumindo (in Garcia Castro, 1989) gênero como uma construção político-econômica-cultural do termo sexo, chama-se atenção para que:

1) Sexo não é uma variável demográfica, biológica ou natural, mas traz toda uma carga cultural e ideológica;

2) Não se pode compreender o específico da identidade feminina, sua posição na sociedade, a valorização ou desvalorização de seu trabalho, as divisões sexuais de trabalho/poder/exercício do erótico e o comum ao humano, já que homem e mulher são construções no humano – daí a necessidade de análises comparativas e relacionais;

3) O gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural, que se dão como totalidade, em lugares e períodos determinados. Este último enfoque é uma contribuição de autores marxistas no sentido de tirar o

feminismo do plano idealista, negando-se que as discriminações se reproduzem pela perversidade natural dos homens, e chamando a atenção para um sistema de relações que se perpetua porque serve interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendrados para tal fim. Tal colocação nega a trans-hisotricidade implícita no termo patriarcado (2), indicando a importância da base material imediata para a sustentação do poder negado as mulheres e a relatividade da imputação ao homem, ao pai, a imposição do poder.

O movimento social que têm as mulheres como sujeito, na América Latina, em grande medida tem como referência nas suas lutas a crítica ao Estado, ao machismo/sexismo, às divisões sexualizadas.

Com a noção de gênero se adverte sobre risco de duas posturas, aparentemente antagônicas, mas maniqueístas ambas, no trato do humano:

1) O reducionismo economista, pelo qual se entende que as diferenças entre homens e mulheres têm como causa única a forma de organização da produção. Segundo Rubin (1975, 163) “nenhuma análise de reprodução da força de trabalho sob o capitalismo pode explicar a prática de atar os pés (para fazer ‘pés bonitos’), o cinto da castidade, e outras fetichistas práticas impostas às mulheres em diferentes tempos e lugares”. Questiona-se, portanto, com tal termo a redução da compreensão da identidade da mulher pelas operações do capitalismo. Também com o enfoque de gênero se questiona a separação entre produção/reprodução para entender as construções sobre gênero. Segundo Souza Lobo (1989 78):

O inventário e a arqueologia destes significados que as atividades das mulheres adquirem através da interação social concreta, segundo Joan Scott desconstrói o gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade. As dicotomias produção/reprodução, esfera pública/esfera privada, se desfazem uma vez que as relações de gênero permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluidas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades.

2) O relativismo idealista que aponta a ideologia ou a cultura em abstrato, como planos por excelência para compreensão da situação da mulher.

Os significados sociais de componentes do que é próprio das mulheres não variam tão somente de sociedade para sociedade, mas podem ser totalmente diferentes a depender do tipo de projeto político-econômico da sociedade.

Evita-se, com tal perspectiva materialista, o tratamento dual, ou seja, de que as relações de classe se dariam no plano das relações de produção, e que uma mudança destas seria uma mudança político-econômica, enquanto as relações de gênero se dariam no plano cultural, para alguns, e para outros, na esfera da reprodução doméstica, o que levaria à ideia de que qualquer mudança mais estrutural de tais relações se restringiria a uma mudança de costumes ou uma “revolução cultural”. Na relação entre classes, sendo, portanto, este o conceito abrangente – posição que defendo e que não é aceita por todas as feministas, por exemplo, para Kergoat (1987), as relações de gênero e de classe se dariam ao mesmo nível. Segundo Kergoat (1987 83):

Querer articular produção/reprodução significa, para mim, trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, relações que chamaremos respectivamente opressão e exploração. Esta formulação não é anódina: ela implica entre outras coisas a recusa a hierarquizar essas relações sociais. Para mim não há nem front principal, nem inimigo principal. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que uma outra; ela é ou não é.

Aceito a não hierarquização, também insistindo em que há que evitar reduzir à compreensão de componentes de gênero, como sexualidade, maternidade, procriação, entre outros, a referências teóricas próprias para a compreensão de uma sociedade de classes. A questão da subjetividade e da identidade de gênero é complexa e tem caracterizações próprias. Entretanto, a referência à particularidade da sociedade de classe em que se dão as relações de gênero evidencia interesse à manutenção de determinada ideologia, poderes, e à sobre-determinação econômico-política o que não significa causal-linear de práticas de opressão de gênero. Na América Latina não somente a penalização do aborto atinge de forma diferente mulheres ricas e pobres – as que podem e as que não podem pagar por um aborto clandestino sem riscos – ainda que

pese sobre ambas à ideologia da culpabilidade, como, a depender do modelo e momento econômico, estimula-se ou não tal prática. Não é por acaso que vem aumentando no Brasil, entre mulheres pobres, a prática de esterilização, tendo papel básico nesta tendência a pressão empresarial por uma força de trabalho feminina sem os riscos da reprodução biológica.

Considerações finais

É voz comum que na América Latina e no Caribe passa-se por um dos períodos mais difíceis de realização de sociedades de classe, em que a dívida externa e a inflação, em muitos países, o arbítrio militar, em outros, a defesa anti-intervencionista, em alguns, e uma cultura de opressão de gênero, na maioria, obriga à mulher da classe trabalhadora a enfrentamentos contra a violência no doméstico, na comunidade e nas fábricas.

A situação da mulher da classe trabalhadora, em tal período se agrava. Na Região não se trata de reconhecer simplesmente que já uma dinâmica entre classe e gênero, mas sim de práticas de vivências de relações de gênero em uma sociedade de classe, portanto, de relações de classe permeadas por situações de gênero, ou de “classe sexuada” (in Britto da Motta, 1989), e em um conhecimento por transformações, reconhecer ademais poderes e a historicidade da realização destes poderes em sua totalidade, na realização de um sistema social, ou seja, à interação entre divisões sexual e social do trabalho em formas de organização ou “modos de produção” específicos (Burham e Louie, 1985). ●

** Mary Garcia Castro é socióloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Campinas, e foi membro do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher até 2007.*

Notas

(1)O texto que se segue é um retrato de Garcia Castro, Mary (1989) “A Dinâmica entre Classe e Gênero na América Latina (Apontamentos para uma Teoria Regional sobre Gênero)”, apresentando in IV Encontro de Ciências Sociais no Nordeste, organizado pelo CRH. Salvador.

(2)Burham e Louie (1985) criticam as formulações feministas-socialistas, de orientação (nem sempre assumida) social-democrata, sobre um de seus conceitos básicos, patriarcalismo, nestes termos: “A categoria patriarcado ou patriarcalismo expressaria para as feministas-socialistas a totalidade das relações sociais de supremacia do macho/subordinação da fêmea (...) É um sistema de relações de opressão baseado no sexo (...) Considera que o patriarcado teria existido em todas as sociedades e em todos modos de produção (...) Patriarcado é um sistema de hierarquias (...) O patriarcado criaria uma unidade entre os homens, independente das diferenças de classe... O sistema de patriarcado continuaria a prevalecer nas sociedades socialistas. De acordo com as feministas socialistas as superações das relações de exploração de classe não teriam impacto qualitativo sobre o sistema patriarcal de poder (p. 24-25).

Para os teóricos do feminismo-socialista, a divisão sexual de trabalho é uma categoria nuclear que daria um caráter materialista a teoria sobre patriarcado (p 66). Identificaria as relações de desigualdade entre homens e mulheres. Por divisão sexual de trabalho se entende, por um lado, segundo o diferente posicionamento de homens e mulheres na força de trabalho (...) O trabalho da mulher seria visto como secundário em relação ao seu principal papel de trabalhado-

ras domésticas para os homens e de procriadoras de filhos. Assim a divisão sexual do trabalho na esfera da produção também serviria para reforçar – econômica e ideologicamente – a subordinação da mulher na família (p. 27)

Não se pode negar que as feminista-socialistas estão no caminho certo quando levantam a importância da divisão sexual do trabalho, sua permanência histórica, e relação com a opressão da mulher (...) Ao chamarem à atenção dos marxistas para a divisão sexual do trabalho as feministas-socialistas deram uma grande contribuição para o avanço do enfoque materialista sobre a “questão da mulher”. Porém ao usar o conceito de patriarcado e tentarem legitimá-lo através do conceito de divisão sexual do trabalho, alguns deslizes fundamentais foram cometidos. Um erro fatal nas análises das feministas-socialistas sobre divisão sexual do trabalho e seu persistente idealismo, não relacionando patriarcado a modo de produção... As feministas-socialistas não se perguntam qual a base material da divisão sexual do trabalho? (...) A categoria divisão sexual do trabalho é tratada como um abstrato Universal (...) Nenhuma divisão sexual do trabalho, nem qualquer outra divisão do trabalho pode ser entendida a parte das relações econômicas gerais em que se baseiam. Não há dúvida de que a divisão sexual do trabalho precede a divisão de classes, é um traço universal de todas as formações. Mas daí deduzir que a divisão sexual do trabalho antecede teoricamente a questão dos fundamentos econômicos da sociedade é uma inversão idealista (...). “A divisão sexual do trabalho como uma relação é definida e moldada pelo modo de produção prevalecente (p.68-69) (original em inglês)” (in Garcia Castro. 1989c).

Referências:

- Associação de mulheres de El Salvador (AMES) (1984)
“We cannot wait...” in Morgan, Robin (Ed.)
“Sisterhood is global, the international women’s movement anthology”, New York: Anchor Press/Doubleday.
- BEUVOIR, Simone de. O Segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1980.
- MOTTA, Alda Britto da Emprego Domésticos: Revendo o novo. Trabalho apresentado no GT A MULHER na força de trabalho, no XXI encontro anual da AMPOCS, 23-27 de outubro de 1989, Caxambu (Xerox)
- BURNHAM, Linda e LOUIE, Miriam. The impossible Marriage: A Marxist critique of socialist feminism. Line of March. Spring 7, 1985.
- COMBES, Daniela e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In Kartchevsky-bulport ET alii. “o Sexo do trabalho”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CASTRO, Mary Garcia. À busca por uma identidade de classe pelas empregadas domésticas da America Latina e do Caribe. In Revista CEAS, 1989.
- Kartchevsky-Bulport, COMBES, Daniele, HAICAULT, Monique et alii. O Sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- KERGOAT, Daniele. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In Kartchevsky-Bulport et alii. Op, cil, 1987.
- KUHN, Francisco. O Elo perdido. Classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RUBIN, Gayle. The traffic in womem. In Reiter, rayna “Toward and anthropology of women”. New York: Monthly review press, 1975.
- LOBO, Elizabeth Souza. Women’s movements. Women factory workers and feminist in Brazil. (1970-1980). Trabalho apresentado no simpósio “Anthoropological perspectives on women’s collective actions. An assessment of decade, 1975-1985. Mijas, Espanha (Xerox).
- VIEZZER, Moema, O problema não está na mulher. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARX, Karl. El Capital. Buenos Aires, Nueva Ed, vol I, Moscou. Foreign languages publishing house, 1946.

**Artigo publicado originalmente na Revista
Presença da Mulher - Ano IV - Nº 16**

SAAEMG contra o “meganegócio” da Educação

A revista Exame, de abril de 2002, edição 763, trazia em sua capa a chamada para uma matéria com o sugestivo título: “O Meganegócio da Educação”. Nas páginas internas, a reportagem discorria sobre a afirmação do consultor e pensador da administração moderna Peter Drucker de que “a educação será a indústria de maior crescimento nos próximos 20 anos, acompanhada apenas pela saúde”. Passados quase oito anos, a afirmação pode ser considerada quase “profética”.

Atento a isso, o SAAEMG, para garantir o direito dos empregados de diversas instituições de ensino tradicionais no Estado de Minas Gerais – que vêm insistentemente atrasando o pagamento dos salários –, tem reunido, discutido e organizado estes trabalhadores. Algumas ações civis públicas ajuizadas e várias greves foram decididas em assembléias. Algumas



Arquivo SAAEMG

Manifestação de estudantes e trabalhadores diante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais contra atraso de salário

perduram desde novembro de 2009, provocando inclusive, adiamento de formatura de turmas inteiras. Segundo a entidade, “a educação continua sendo um bom negócio para os donos. A previsão de Drucker estava e continua correta. O problema destas instituições é de gestão. Gestão fraudulenta com desvio de dinheiro, malversação da receita e dilapidação do patrimônio”.

Arquivo Sinpro Itajaí e Região



A Presidente do Sinpro Itajaí na primeira reunião de Negociação Coletiva de 2010

As novidades do Sinpro Itajaí e Região

Negociação Coletiva – No dia 19 de fevereiro, o Sinpro Itajaí e Região participou da primeira rodada de Negociação Coletiva da categoria com outros cinco sindicatos que compõem a FETRAESC. No dia 23/02 aconteceu a segunda rodada, sendo que mais duas já estão agendadas. Com pauta unificada para fortalecer a luta da categoria, as principais defesas são: piso salarial; reajuste salarial; redução da jornada; instituição da hora atividade.

CONAE – As professoras Adércia Hostin e Raquel Alvarenga Sena Venera, integrantes da atual diretoria do Sinpro Itajaí e Região, irão participar como delegadas da etapa final da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, que acontece de 28 de março a 1 de abril, em Brasília.

Formação – O sindicato reinicia seu programa Sinpro Comunidade em 2010. A primeira atividade acontece no dia 4 de março, tendo como foco o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8. A dirigente Raquel Alvarenga Sena Venera abrirá as atividades deste ano com a palestra: “Formação de professores: Gênero, feminino e plural”.

Sinpro/RS em 2010: comemoração e foco na saúde do trabalhador



A negociação coletiva 2010 dos Sindicatos dos Professores do Rio Grande do Sul com o Sinepe/RS começa em março e tem como foco a melhoria das condições de saúde dos professores do ensino privado. As reivindicações estão embasadas nos resultados da pesquisa sobre a saúde do professor, realizada pelo Diesat em 2008/2009, que mostrou que uma parcela significativa dos trabalhadores do ensino privado do Rio Grande do Sul apresenta sérios problemas de saúde. Acompanhe a negociação em: www.sinprors.org.br.

No ano de 2010, o Sinpro/RS comemora 15 anos de publicação ininterrupta do Jornal ExtraClasse, com 14 prêmios de jornalismo. Para marcar a data, o ExtraClasse começou o ano com novo projeto gráfico, impresso em papel high bright, todo colorido e com ampliação do número de páginas. O projeto editorial mantém a linguagem jornalística, a pluralidade de temas e o foco na educação. Acesse a versão online em: www.sinprors.org.br/extraclasse

Projetos aproximam Sinpro-GO e categoria docente

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro-GO), colocando em prática seu programa de trabalho classista, desenvolve, entre outros, dois projetos ousados, que envolve toda a sua diretoria: os cursos de formação continuada e o Projeto Sinpro nas Escolas. Os cursos visam à qualificação de docentes do ensino fundamental, tanto da capital quanto do interior. Já o Projeto Sipro nas Escolas é uma estratégia de aproximação e de convivência do Sindicato com a categoria, que consiste em visitar os professores em seus locais de trabalho, nos horários de intervalos de aula, tirando suas dúvidas trabalhistas, previdenciárias e de política sindical, informando-os e motivando-os à participação classista.

Arquivo Sinpro GO



*Participantes do curso de formação continuada,
promovido pelo Sinpro GO*

FeteeSul

Saúde é tema de destaque na Campanha Salarial 2010

Em reunião realizada no final de janeiro, na sede da FeteeSul, com a presença de representantes de todos os seus sindicatos filiados, foi definida a data de lançamento da campanha salarial 2010, que terá como foco a saúde dos trabalhadores do ensino privado no Rio Grande do Sul.

A pauta da negociação deste ano tem como base a melhoria das condições de saúde dos professores e dos técnicos e administrativos do ensino privado e está embasada nos resultados da pesquisa realizada pelo DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) e divulgada em 2009 pela FeteeSul. Pesquisa esta que motivou a publicação de um livro que será lançado em conjunto com a Campanha Salarial.

SINPAAET completa 20 anos e comemora conquistas



Em dezembro de 2009, o SINPAAET (Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Tubarão/SC) completou 20 anos de existência. Para marcar essas duas décadas de valorização do trabalhador em educação,

durante o decorrer de 2009, o sindicato promoveu diversos eventos que contribuíram para o aprimoramento intelectual de seus filiados. Foram palestras, cursos e workshops planejados especialmente para o interesse da categoria, tanto em nível profissional como pessoal. Como por exemplo: o workshop “A Voz do Professor”, palestra sobre finanças pessoais, mini-curso sobre a reforma ortográfica e até oficina de contação de histórias.



Entidade percorre municípios

Um evento itinerante irá movimentar o Sindicato dos Professores do Espírito Santo em 2010. É o Circuito SINPRO/ES, que tem o objetivo de levar informação e aproximar o sindicato da categoria. Um sábado por mês, a diretoria do SINPRO/ES estará presente em um município capixaba para apresentar o trabalho desenvolvido pela entidade, tirar dúvidas sobre questões educacionais e trabalhistas relativas à região, orientar e ouvir os professores e professoras. A primeira etapa do evento acontece em São Mateus e em seguida o circuito percorrerá os municípios de Guarapari, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória.

Momentos de decisão para a FITEE e para o Brasil

O ano de 2010 será de fundamental importância para o País. Neste período, definiremos o projeto de desenvolvimento que desejamos para o Brasil e escolheremos os representantes do povo no Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.

Será em meio a esse cenário político que a FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) realizará o seu próximo Congresso Eleitoral, que, além de eleger a nova diretoria, delegados representantes e conselheiros fiscais, aprovará também o Plano de trabalho e as diretrizes políticas da entidade para o triênio 2010-2013.

Para a FITEE, a certeza de que os trabalhadores em estabelecimentos de ensino dos



Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, representados pela Federação, participarão efetivamente da definição da política da entidade e atuarão significativamente também na definição do projeto para o País, fará deste CONFITEE um espaço privilegiado e de ampla responsabilidade sindical.

Sinpro Minas comemora a 100ª edição do Extra-Classe



Mark Florest

Atividade comemora as 100 edições do Extra-Classe, programa de TV do Sinpro Minas

O Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais comemorou, no dia 27/02, em Belo Horizonte, a 100ª edição do Extra-Classe, programa de TV da entidade, há dois anos no ar pela TV Band Minas. Diretores do Sinpro, jornalistas, professores e convidados participaram do evento, no Sinpro Cerp. Nesse período, o Programa já debateu a democratização dos conselhos de educação, a realidade educacional de Minas Gerais, os impactos da mercantilização do ensino, a crise econômica mundial, os 45 anos do golpe militar no Brasil, o combate ao crime financeiro no País, a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), o Programa Nacional de Direitos Humanos, entre outros temas.

Para Gilson Reis, presidente do sindicato, é um grande desafio de produzir um programa de qualidade. “Num país em que a comunicação é concentrada torna-se mais difícil ainda criar condições para produzir e veicular um programa como o nosso. Esse esforço monumental do Sinpro Minas é algo que tem de ser comemorado”, destacou Reis.

Educação: *proibido estacionar*

Chegou a hora de acelerar e avançar nas transformações da educação brasileira para que ela possa de fato impulsionar o desenvolvimento do Brasil no rumo em que ele deve acontecer. Entre os desafios desta jornada está a consolidação da Conferência Nacional de Educação como uma instância de avaliação e formulação de diretrizes para a construção de políticas públicas de educação no País.



É sempre uma decisão muito difícil saber qual o melhor caminho a seguir, qual a direção correta, qual a rota mais curta, a estrada mais segura. Seja no campo profissional ou pessoal, essas dúvidas costumam nos inquietar. Mas, por mais complexo que seja, é o tipo de decisão que precisa ser tomada com antecedência, antes de botar o pé na estrada. E é assim também quando falamos sobre os rumos e as estratégias que deverão nortear o desenvolvimento de um País. Cada pequeno detalhe deve ser levado em consideração, checado, avaliado e conferido.

Nos últimos anos, temos acompanhado minuciosamente cada ação e iniciativa tomada em relação à política educacional brasileira e uma coisa é certa: ela também reflete as contradições existentes dentro do Governo Lula. Nos últimos anos, pudemos testemunhar acertos e correções de rumo certas. Como por exemplo: o avanço das ações de acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino, a ampliação de investimentos na educação pública, o aumento de vagas nas universidades federais, a instituição do Piso Nacional Salarial do Magistério, o fim da DRU (Desvinculação dos Recursos da União) para a educação, a obrigatoriedade do ensino médio, a educação básica de nove anos, entre outros.

É claro que há muito a ser feito, especialmente no que tange ao enfrentamento dos interesses do setor privado de ensino, que intensificou seus processos de expansão e crescimento, principalmente na educação superior, de forma desqualificada e sem as devidas regulamentações e avaliações. Sem mencionar as ações de desnacionalização, que desviam completamente os rumos da educação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional.

Na bússola que orienta a sociedade brasileira, o norte para alcançarmos a educação de excelência passa fundamentalmente pelos caminhos que combinam dentro das universidades: ensino, pesquisa e extensão; com garantia da formação para os trabalhadores em educação; plano de carreira; e qualidade de ensino. Sendo, portanto, incompatível com os objetivos meramente lucrativos.

Entretanto, não é o que acontece em muitos casos. Dados estatísticos apontam que a educação foi o ter-

ceiro setor em número de transações e formações de conglomerados no ano de 2008, perdendo apenas para as áreas de Tecnologia de Informação e Alimentos/ Bebidas/ Cigarros.

Por essas e outras questões – que percorrem também os atalhos da educação infantil, básica, especial e profissional – podemos dizer que a decisão sobre que rumo deve seguir a educação brasileira atravessa hoje um momento histórico, em função da realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que envolveu, ao longo de todo seu processo, mais de um milhão de pessoas.

Pela primeira vez, o Brasil discute de maneira global, ou seja, com a participação da sociedade civil e do Poder Público, sobre um Sistema Nacional articulado de educação e a criação do novo Plano Nacional de Educação. Essa por si só já deve ser uma iniciativa a ser comemorada e, mas que isso, reforçada e estimulada a que se consolide e se torne uma política de Estado.

A expectativa é de que a partir das diretrizes e propostas aprovadas na CONAE tenhamos, ineditamente, um mapa completo da educação brasileira e do que se espera dela— com rota, atalhos e sinalizações. Um mapa, construído coletivamente pela sociedade, em conjunto com o Poder Público, que será capaz de guiar a Nação por um caminho certo, que nos levará ao encontro de uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada – pela qual tanto lutamos. Por isso, acima de tudo, chegou o momento de avançar nas transformações progressistas da educação brasileira. É proibido estacionar!

OS SINAIS DA EDUCAÇÃO

Antes, durante e após a Conferência Nacional de Educação é preciso que tenhamos atenção a cada detalhe e proposta para o setor educacional. Destacamos a seguir os principais pontos que merecem nossa dedicação, atenção ou cuidado redobrado nesta jornada. Confira:



SINAL VERDE – o que precisa avançar?

- Um dos principais pontos que serão responsáveis por colocar a educação brasileira no rumo certo é a ampliação do financiamento e do investimento no ensino público. Neste sentido, a vinculação de recursos advindos da exploração da camada Pré-Sal é fundamental. Medidas concretas que garantam a priorização da educação na distribuição dos recursos do Pré-Sal podem alçar a educação pública brasileira a um patamar avançado, em termos de qualidade e democratização do acesso.

- Outra questão essencial, em especial para a CONTEE e suas entidades filiadas, é o fortalecimento do conceito de que o setor privado de ensino integra o Sistema Nacional de Educação e que, portanto, deve

estar submetido às mesmas exigências, normas e diretrizes da educação pública. Essa concepção está diretamente relacionada à compreensão de que educação é, acima de tudo, um direito do cidadão e que, sendo assim, está sob a responsabilidade do Poder Público – cabendo ao setor privado apenas complementar essa ação. Afinal, o que rege o direito é o interesse social, sendo, portanto, o papel do Estado consequência da concepção da função da educação na sociedade.

- Ainda em relação ao setor privado, será fundamental estabelecer de maneira objetiva a responsabilidade do Estado na sua regulamentação. E, com isso, garantir qualidade, a preservação da soberania nacional – impedindo a

desnacionalização, a valorização profissional e a exigência de gestão democrática, entre outras questões.

- Uma missão importante que cabe também aos trabalhadores do setor privado, representados pela CONTEE e suas entidades de base, bem como a todas as entidades nacionais ligadas à educação, é a luta pela legitimação da Conferência Nacional de Educação (CONAE), como uma instância consolidada e periódica de construção participativa de políticas públicas de educação.

- Por fim, podemos apontar como um dos principais desafios para o período pós-Conferência a constituição de um Fórum Nacional de Educação – a ser implementado como um órgão de Estado, que mantenha o mesmo perfil da Comissão Nacional Organizadora da CONAE. Entre suas funções deverá estar o acompanhamento da criação do novo PNE e a construção das futuras Conferências Nacionais de Educação.



SINAL AMARELO

– merece muita atenção!

- Será preciso dedicar muita atenção ao acompanhamento do processo legislativo de construção do novo Plano Nacional da Educação, para que ele



seja norteado pelas propostas aprovadas na CONAE. Consequentemente, temos que ter os olhos abertos a possíveis e prováveis propostas e projetos que alterem a Lei de Diretrizes e Bases da educação.

- A dedicação da CONTEE e seus representantes deverá ser reforçada no sentido de trazer para o foco das discussões a compreensão de que o fortalecimento da educação pública também se dará por meio da regulamentação do setor privado, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais.

- Destaque ainda para a necessidade de vinculação unificada das entidades nacionais ligadas à educação com o compromisso de construção de um novo e progressista Plano Nacional de Educação, referenciado nos debates da Conferência.

- Uma das questões de maior relevância e que merece toda a nossa dedicação é a articulação para a manutenção da unidade na construção das demandas conjuntas dos trabalhadores dos setores público e privado – com foco na criação de uma política nacional de valorização profissional e no estabelecimento de diretrizes de carreira e estímulo à formação de novos profissionais de educação – priorizando a formação inicial presencial.

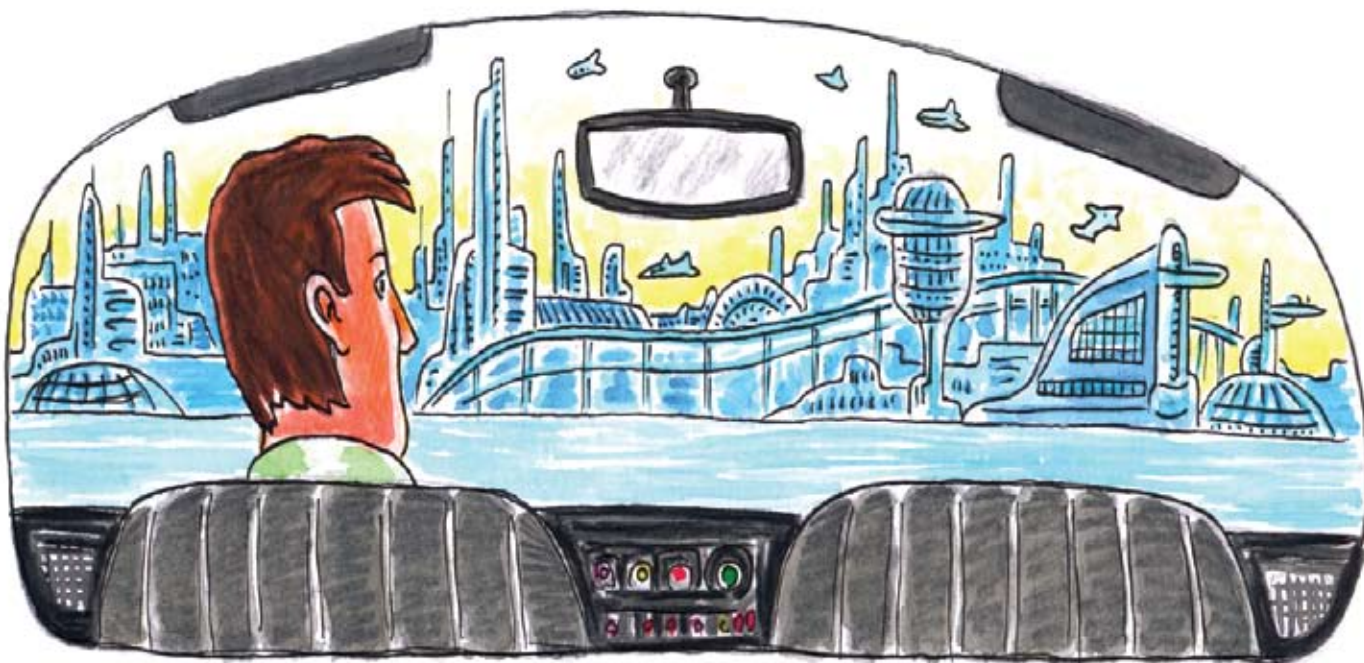


SINAL VERMELHO – perigo! Cuidado redobrado!

- Entre os perigos no caminho da construção de uma educação que esteja vinculada a um projeto de desenvolvimento nacional está a

interpretação equivocada das normas e leis que regulamentam o setor. No ensino superior, por exemplo, existe quem confunda o conceito de autonomia universitária com soberania das instituições em relação às diretrizes da educação no País. Por isso, é missão das entidades que representam trabalhadores e demais segmentos da educação atuar contra a disseminação desses conceitos equivocados e que podem prejudicar até mesmo o desenvolvimento e a soberania do Brasil.


- Infelizmente, um risco iminente continua relacionado às ações de mercantilização e desnacionalização da educação brasileira. Por isso, será preciso trabalhar mais do que nunca para que o combate a esses processos seja uma bandeira unificada dos movimentos sociais e sindicais ligados à educação – exigindo a efetiva regulamentação do setor privado de educação.



NO HORIZONTE – muita luta ainda está por vir!

Por seu protagonismo durante todo o processo de construção da Conferência Nacional de Educação e em função da atuação de destaque que vem desempenhando ao longo dos anos em defesa dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino, bem como na luta por uma educação pública de qualidade para todos, caberá à CONTEE, especialmente no período posterior à CONAE, o papel de capitanear as articulações das entidades nacionais no sentido intervir, de maneira qualificada, na construção das futuras políticas públicas para a educação.

Neste sentido, para o Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, José Thadeu de Almeida, “consequentemente, as lutas travadas no plano nacional vão se refletir nos Estados e Municípios e em nossas entidades de base, que, por sua vez, deverão integrar esse esforço, compreendendo que as nossas conquistas corporativas estão diretamente vinculadas às conquistas gerais no âmbito das políticas educacionais”.

“Após o esforço e o trabalho conjunto, que foi capaz de envolver mais de um milhão de pessoas na discussão do Sistema Nacional de Educação e do novo Plano Nacional de Educação, temos que garantir agora a consolidação da Conferência Nacional de Educação como instância de debate, garantindo que ela seja feita periodicamente e que se torne, de fato, referência de avaliação e construção de diretrizes para as políticas públicas de educação no País. Esse deve ser o principal legado da CONAE e tarefa de todos os envolvidos”. 

CONAE: uma conquista da sociedade brasileira

A realização da Conferência Nacional de Educação e o legado que ela poderá deixar para o Brasil são os temas da entrevista exclusiva que a CONTEÚDO traz nesta edição com o Secretário Executivo adjunto do Ministério da Educação e Coordenador da CONAE, Francisco das Chagas.



Qual a importância da convocação e da realização da Conferência Nacional de Educação?

Francisco das Chagas – Levando em consideração suas características, podemos dizer que está é a primeira Conferência Nacional de Educação (CONAE), porque foi convocada pelo poder público e tem a participação da sociedade civil. Além disso, foi uma deliberação da Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB). Em minha opinião, a CONAE poderia ter sido feita antes, talvez até no primeiro mandato do governo Lula. Por outro lado, a experiência da CONEB, não apenas pela abrangência e tamanho, mas pelas deliberações e pelo nível da discussão, nos deu a garantia de que era importante fazer a CONAE.

O primeiro ganho importante dessa Conferência é a sua própria realização. E essa conquista da sociedade brasileira acontece em um governo que tem um legado de fazer com que os envolvidos na respectivas áreas sociais sejam ouvidos. Nosso grande desafio é transformar essa Conferência em uma instância do Estado brasileiro, ou seja, garan-

“Nosso grande desafio é transformar essa Conferência em uma instância do Estado brasileiro, ou seja, garantir que ela aconteça de tempos em tempos.”



Fotos: Agnaldo Azevedo

tir que ela aconteça de tempos em tempos.

Além disso, precisamos destacar que o desenvolvimento econômico e social do País passa pelo desenvolvimento cultural que a sociedade brasileira precisa ter e isso passa pela educação. Se é verdade que daqui a alguns anos o nosso País estará entre os mais desenvolvidos do mundo, precisamos: garantir grande estrutura e grande conhecimento. Então, as diretrizes de um Sistema Nacional de Educação e as metas para o próximo Plano Nacional de Educação devem apontar para um País que precisa ser desenvolvido. Nós não podemos achar que estamos discutindo ou fazendo propostas isoladas. A educação está explicitamente ligada ao desenvolvimento do País. Por isso, as propostas de um novo planejamento para a educação nacional devem levar em consideração a perspectiva que nós precisamos ter para um País desenvolvido.

A pluralidade e complexidade da composição da Comissão Nacional Organizadora foram desafios para a construção da Conferência?

Francisco das Chagas –

Antes de iniciarmos a organização da Conferência, nós tivemos um tempo para discutir e compor a Comissão Nacional Organizadora e essa composição levou em consideração a diversidade e a pluralidade que existe na representação da educação do nosso País, principalmente nas entidades da sociedade civil. Apesar disso, nós não poderíamos colocar todos na Comissão. Então, tivemos que negociar, discutir. Assim, fomos costurando para formar uma Comissão que tivesse representatividade nacional, mas que fosse

uma síntese dessa representação, para que ela de fato funcionasse.

Sendo assim, as divergências não foram superadas pela Comissão. Elas existem, mas nós tínhamos que construir uma unidade no objetivo. Qual é o objetivo? Discutir a educação brasileira num espaço coletivo de massa. Esse caminho fez com que estabelecêssemos consensos, sem tirar as diferenças. O segredo de construir uma Conferência com uma diversidade e uma pluralidade tão fortes é a disposição política de todos para fazer uma mediação com relação as suas diferenças, as suas concepções.

Qual a avaliação que o senhor faz das etapas preparatórias da CONAE?

Francisco das Chagas – A gente definiu que a Conferência teria três etapas: a municipal, a estadual e a nacional. Na etapa municipal, deixamos que a coordenação nos Estados definissem, de acordo com a sua realidade, se seria municipal, intermunicipal ou regional. Cada Estado se organizou de acordo com as suas condições. Então, foi uma diversidade no Brasil. A etapa estadual discutiu as propostas que vieram dos municípios. Por conseguinte, a Conferência estadual encaminhou para a etapa Nacional propostas que modificam o documento referência.

Por ser a primeira Conferência desse porte e até pela vontade de resolver imediatamente a situação da educação, muitas vezes as propostas fogem do

tema ou apresentam ideias semelhantes mas com palavras diferentes. Com isso, nós recebemos em torno de cinco mil e trezentas propostas, o que fez com que a comissão de sistematização tivesse muito trabalho. Mas isso mostra também que houve uma grande democratização nas etapas preparatórias.

Quais os temas de maior destaque na etapa nacional?

Francisco das Chagas –

O próprio tema da Conferência é muito instigante e provocativo. Quando se fala em Sistema Nacional articulado até parece uma redundância, porque todo sistema, no mínimo, é articulado, mas nós estamos colocando a palavra articulado de propósito,

“As propostas de um novo planejamento para a educação nacional devem levar em consideração a perspectiva que nós precisamos ter para um País desenvolvido.”



porque a Constituição brasileira diz que a educação brasileira deve ser feita em regime de cooperação e colaboração entre os entes federados. E nós estamos fazendo uma discussão para ver se é isso mesmo e, se é, como deve ser? Como vai ser daqui para frente? Como nós podemos fazer para que realmente seja um sistema cooperativo e colaborador? Isso é muito provocativo, porque talvez seja o primeiro grande momento que se tem a oportunidade de discutir coletivamente essas propostas.

O segundo ponto é o Plano Nacional de Educação. Não esperamos que a Conferência faça o novo PNE, mas que estabeleça diretrizes para ele. E esses dois pontos têm desdobramentos nos Eixos. O Eixo sobre o financiamento da educação é extremamente importante, porque devemos discutir sobre o financiamento da escola que nós queremos e que não é dessa que temos hoje. Portanto, o financiamento é um desafio, mesmo com os avanços que nós temos tido.

Outro desafio é a valorização e a formação dos profissionais da educação. Houve muitos avanços. Por exemplo: a abertura da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para a educação básica; a criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil); a Plataforma Freire; os cursos de licenciatura dentro dos Ifets (Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica); os cursos de licenciatura dentro do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); como também o estabelecimento de um piso salarial para os profissionais de magistério, que é inédito. Agora temos um desafio de fazer com que realmente os trabalhadores da educação se sintam valorizados em relação ao salário, carreira, formação.

Um outro eixo importante é o que trata da questão da gestão da educação, incluindo a perspectiva ou o conceito de gestão democrática. Nós precisamos, por exemplo, que os órgãos normativos, como o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais e municipais sejam realmente conselhos do Estado brasileiro. Há ainda uma



“O segredo de construir uma Conferência com uma diversidade e uma pluralidade tão fortes é a disposição política de todos para fazer uma mediação com relação as suas diferenças. As suas concepções.”

“O primeiro ganho importante dessa



“A sociedade brasileira vai exigir do governo eleito que leve em consideração aquilo que essa instância aprovou para a educação brasileira.”

reivindicação muito forte a nível nacional de criar o Fórum Nacional da Educação, para que possamos consultar de tempos em tempos sobre a educação em nosso País, com as várias representações da sociedade e da institucionalidade brasileira. Isso faz parte da gestão democrática. E sua criação, sem sombra de dúvida, vai ser aprovada nessa Conferência.

Além disso, temos certeza de que essa Conferência vai apresentar diretrizes e propostas no sentido de avançar e superar desafios em relação à diversidade na educação brasileira. E a própria discussão sobre a regulação da educação privada – um desafio do Estado brasileiro, que hoje não está muito claro.

Uma das principais lutas da CONTEE é pela inclusão do setor privado de ensino dentro no Sistema Nacional articulado de Educação. Qual a sua posição sobre a questão?

Francisco das Chagas – Em minha opinião, o setor privado e o setor público são redes que compõem o Sistema Nacional de Educação. É possível que isso até não seja consenso, mas esse é o entendimento que eu, particularmente, tenho. O Estado é responsável pela educação no País, e mesmo que não seja o financiador, tem responsabilidade sobre como ela funciona. Portanto, é importante que haja uma regulamentação, uma regra sobre essa perspectiva. Essa discussão é tensionada, por conta da perspectiva do livre mercado em relação à educação. Mas eu acho que deve haver uma atuação nessa discussão, questão a CONTEE há muito tempo já coloca.

Como o senhor avalia a atuação da CONTEE, enquanto representante dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino, ao longo do processo de construção da CONAE?

Francisco das Chagas – Avalio como signifi-

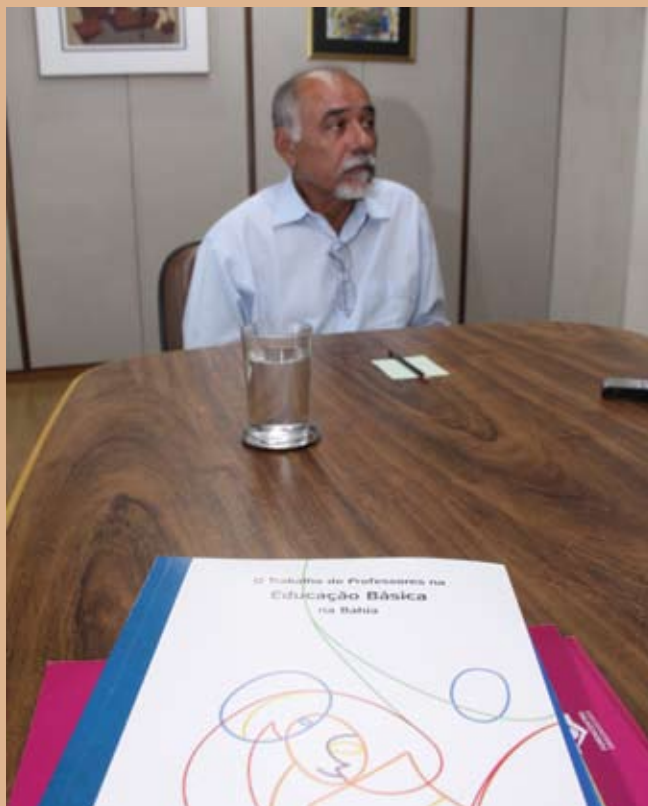
Conferência é a sua própria realização. “

cativamente importante a participação da CONTEE na Comissão Organizadora da Conferência, mas não apenas isso. Não basta estar na Comissão, é preciso colocar a entidade a disposição da organização nas várias etapas. Neste sentido, duas questões sustentaram e ajudaram a CONTEE a ter uma participação muito significativa e muito importante. Primeiro, uma decisão política em defesa de uma educação de qualidade. Segundo sua organização no País. Isso fez com que a CONTEE tenha feito um Seminário, ainda antes de começarem as etapas municipais, que preparou seus filiados para que pudessem ter condições de atuar melhor no processo. E, agora, antes da Conferência, fez um novo Seminário reunindo seus muitos delegados para discutir sua participação na etapa nacional. Assim como outras entidades também fizeram.

Quais são as perspectivas e as expectativas para o

período pós-Conferência?

Francisco das Chagas – As propostas aprovadas servem de referência para as instituições brasileiras, como o Ministério da Educação, as Secretarias Estaduais e Municipais, e também servem para a sociedade brasileira, através das entidades da sociedade civil, ter bandeiras, reivindicações. Por isso, acho que a CONAE acontece em um bom momento, porque é o último ano de um governo. E é muito bom que o novo governo tenha como base propostas e diretrizes aprovadas pela sociedade em uma grande Conferência Nacional. Não estou dizendo que o candidato A ou B está obrigado a assumir aquilo que a Conferência aprovou, mas com certeza a sociedade brasileira vai exigir do governo eleito que leve em consideração aquilo essa instância aprovou para a educação brasileira. ●





EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA:
A reestruturação conservadora
do “mercado”

Por Aparecida Tiradentes

I – Introdução:

Neste artigo propomos a reflexão sobre o quadro de mercantilização da Educação Superior brasileira privada, caracterizado pelas fusões, aquisições e pela abertura de capital ao mercado de ações, que não é um fenômeno singular, mas expressão de uma tendência que vem se afir-

mando há cerca de duas décadas no plano internacional. Podemos tomar o ano de 1990 como marco inicial das transformações sofridas pela educação no

contexto neoliberal, adotando como elemento-síntese a Conferência Mundial “Educação para todos”, realizada naquele ano na cidade de Jontiem, Tailândia. Aquele evento consagra, no campo educacional, o que o Consenso de Washington consagra no plano econômico-político. Tanto um quanto outro são, como dito acima, elementos-síntese de um processo histórico multideterminado, e, em última instância, traçam as diretrizes para a “Era do Mercado”. Condensam uma ideologia, que na compreensão gramsciana¹ é a concepção de mundo orgânica a uma classe social posta em operação na construção da hegemonia. Amparam-se na idéia-força² de que o mercado é o legítimo fundamento da economia e da sociabilidade e de que a educação consiste em uma atividade de natureza econômica tal qual todas as outras, que deve ser oferecida pelo mercado sob a forma mercadoria-serviço e sob as regras da produção e da circulação de mercadorias. O quadro que se delinea a partir de então na Educação Superior privada compõe-se essencialmente dos seguintes elementos: concepção mercantil da educação, abertura de capital, internacionalização, concentração do capital em mãos de grandes grupos nacionais e internacionais capitaneados pelo Grupo Objetivo, Grupo Kroton, Anhanguera Educacional, Estácio Participações etc., mudanças curriculares de teor neotecnicista, neoprodutivista e neofuncionalista³. Este quadro, além de produzir danos aos trabalhadores envolvidos no setor, como agravos à saúde física, psíquica e emocional, instabilidade, ruptura dos laços sócio-afetivos, perda das condições de subsistência e/ou de tempo livre, perda do sentido do trabalho, compromete a qualidade da formação humana e do papel da Educação Superior na produção e difusão

da ciência em suas mais elevadas manifestações. Se tomamos o trabalho em sua dimensão ontológica⁴, compreendemos a destruição do sentido do trabalho docente, em última instância, como a destruição mesma do sentido da existência do trabalhador da educação. Mutilar o trabalho pedagógico, retirando-lhe a dimensão criadora, epistemológica, política, transformadora e sócio-afetiva em nome das aulas padronizadas do mercado, da economia de escala realizada em aulas por atacado, representa o genocídio existencial de professores e alunos, o genocídio político das gerações que estão e estarão em formação, impedidas da construção do pensamento crítico, de novas idéias-força que levem ao limite as idéias-força burguesas, impedidas da construção de práticas sociais contra-hegemônicas, a partir do que Gramsci chama de elevação cultural das massas.⁵



** Aparecida Tiradentes é Dra em Educação, pesquisadora da FIOCRUZ e assessora em assuntos educacionais do Sinpro-Rio e da CONTEE (apsantos@fiocruz.br)*

II – Reestruturação produtiva no “mercado” da Educação Superior privada:

Em 1999 os Estados Unidos apresentam à Organização Mundial do Comércio a proposta para que a educação seja listada entre as atividades reguladas por aquela organização, subordinada especificamente ao GATS (ou AGCS, Acordo Geral para Comércio em Serviços) e que os países membros ofereçam seu mercado educacional à internacionalização. É a consignação da idéia de que educação é mercadoria. Mais do que o princípio da existência das instituições privadas de ensino, mais do que submeter ao mercado as regras de comercialização de uma mercadoria, é a própria “produção” desta mercadoria, seu significado, dimensões, processos e relações, que são subordinadas à lei da mais-valia e seu conflito estrutural. Dentre as características da internacionalização ao modo da OMC/GATS, temos: a internacionalização da “carteira de clientes” (discentes) e do corpo docente, a padronização curricular e didática em esfera mundial, o fim das “barreiras” formais para o exercício da docência, o rebaixamento dos salários pelo menor nível do mercado internacional. Ainda que o Brasil não tenha oferecido, até o momento, seu mercado educacional ao GATS, os empresários do setor têm perseguido acordos e lacunas na legislação que permitam a quebra dos limites legais e pedagógicos representados pelos Estados nacionais. Amparam-se no “Processo de Bolonha”⁶, modelo de internacionalização proposto a partir da União Européia em atenção às demandas do “mercado educador”. Caracteriza-se pelo aligeiramento dos cursos, instrumentalização curricular, padronização, desregulamentação da profissão docente e mobilidade docente e discente. Sintetiza-se na busca do docente de menor custo onde quer que ele esteja⁷ e do discente, igualmente, onde quer que se encontre e, ainda, na formação de consórcios para fins de corte de custos salariais e de equipamentos. Nos consórcios, IES atuam conjuntamente ou em rede, revezando e compartilhando encargos. Cada uma oferece parcialmente, por exem-

plo, a grade curricular de um curso ou os recursos infraestruturais, como laboratórios e bibliotecas. Cabe ao aluno integralizar seu curso percorrendo IES diferentes, que, em alguns casos, estão sediadas em países diferentes, obtendo diplomação de validade transnacional. Privilegia-se, para tal fim, a EAD, Educação à Distância. Este é basicamente o escopo do Processo de Bolonha, que em muito pouco difere da tendência mundializante nas últimas décadas nos demais setores da economia. A desterritorialização de regiões onde a força de trabalho apresenta acúmulo histórico de lutas, conquistas e níveis de organização inconvenientes ao capital tem sido a tendência nos setores dos agronegócios, da indústria e em muitas atividades de serviços, como o bancário, teletendimento e outros. Realiza-se subseqüentemente a reterritorialização ou realocação da atividade em regiões onde a força de trabalho apresenta maior vulnerabilidade.⁸ É exatamente neste terreno, gerido por “investidores” comprometidos tanto com a formação humana quanto com a indústria

Segundo o censo do INEP de 2008, divulgado em fins de 2009, das 2.252 IES brasileiras, 90% são privadas

de bebidas alcoólicas, de cigarros, de fármacos, de parques temáticos,⁹ que se move um dos maiores setores da economia brasileira – a educação – que, somente em renúncia fiscal, representa o montante de R\$370 milhões ao ano¹⁰. Segundo o censo do INEP de 2008, divulgado em fins de 2009, das 2.252 IES brasileiras, 90% são privadas; 74,9% do total de alunos da Educação Superior estão matriculados nestas IES. O segmento da pós-graduação apresentou crescimento na ordem de 379% nos últimos anos no setor privado¹¹. Contabilizam-se 391 mil trabalhadores formais no setor privado brasileiro hoje, segundo Capelato¹². São 391 mil famílias vulneráveis à instabilidade, à ameaça cotidiana de desemprego e/ou redução de carga horária com conseqüente redução salarial, à perda de direitos. Se contabilizarmos os trabalhadores não formais envolvidos no setor, por exemplo, prestadores de serviços na EAD e na educação presencial, professores dos cursos de pós-graduação lato-sensu, que atuam, em sua maioria, sem contrato formal,

teremos um número maior, a considerar o crescimento de 379% deste segmento mencionado acima. Se ampliarmos nossa análise para o âmbito de ação das universidades corporativas¹³, o número de trabalhadores não registrados atuando no setor eleva-se significativamente. Este fenômeno agrava-se com a progressiva concentração do capital (fusões, aquisições), nomeado por seus protagonistas como “consolidação”, ocorre a partir de grandes grupos sediados no Rio de Janeiro e em São Paulo, que avançam sobre IES de pequeno porte, grande parte do interior do país, como apontam os estudos de Magna Corrêa Duarte e Paulo Cesar Ribeiro, diretores do Sinpro-Rio:

“(…) observa-se o processo de formação de conglomerados educacionais do porte da Estácio Participações S.A., Grupo Anhanguera - Morumbi e a Rede Kroton Educacional, com ramificações por vários estados. Esses grupos protagonizaram transformações significativas no quadro de fusões e aquisições no País. Dados estatísticos apontados por várias consultorias econômicas revelam que a Educação já é o terceiro setor em que mais ocorreram transações desse tipo no ano de 2008. Esse setor só perde para as áreas de Tecnologia de Informação e Alimentos-Bebidas-Cigarros. Realizaram-se 30 aquisições no primeiro semestre de 2008, em contraste com as 19 realizadas no ano de 2007. Esses números são reveladores do movimento de efetiva consolidação do Ensino Superior Privado que teve crescimento de mais de 100% desde o fim dos anos 90. As IES pequenas e lucrativas serão compradas pelas maiores; as deficitárias, fechadas; e os grandes conglomerados formarão um forte oligopólio.¹⁴

Para tal façanha, estes grupos contratam consultorias experientes em “modernização” da gestão nos moldes toyotistas, que se dedicam a modernizar escolas como se modernizam as cadeias de lojas de varejo, bancos, montadoras de automóveis, indústrias de bebidas alcoólicas. Os critérios de qualidade são os do mercado, oriundos do núcleo central do capitalismo mundializado. No que tange às fusões e aquisições, há hoje no Brasil, segundo a Hoper Educacional¹⁵, 12 grupos consolidadores com R\$ 1,5 bilhão para comprar. O segundo maior grupo

O quadro delineado impõe aos movimentos sociais a defesa incondicional do caráter (da educação) como bem público, como direito humano fundamental, assim como do papel regulador do Estado frente à ofensiva do “mercado” da Educação Superior.

Vivemos o desafio da construção de um novo PNE: que ele expresse o direito universal à formação como direito do cidadão, como dever do Estado e que sepulte a idéia de educação como mercadoria.

consolidador, a Estácio Participações S.A., navega confortavelmente em uma margem líquida de lucros da ordem de 7,5% de um patrimônio gigantesco.¹⁶ Há, por outro lado, um conjunto de 1.700 IES sem condições de sobreviver à onda consolidadora, conforme Braga, que devem se modernizar para serem adquiridas por ou fundirem-se às maiores. As sugestões pedagógicas para a viabilização da consolidação e da economia de escala, segundo Braga, são:

“Avaliação docente eficaz (...) material e conteúdo de apoio padronizados (...) aula estruturada previamente com itens específicos do roteiro de preparação da aula (...) apresentação prévia do plano de aula; planejamento aula-a-aula (...) centro de estruturação metodológica – learning center – que define toda a estrutura das aulas(...) prova colegiada: a prova não deve ser elaborada pelo professor, nem corrigida por ele. Professores passam a metade do semestre falando de novela e futebol e no fim são avaliados pela opinião do aluno. Dão uma avaliação fácil

para todo mundo ter boas notas. É preciso medir se o professor realmente cumpriu o planejamento, se de fato ensinou e se efetivamente o aluno aprendeu. (...) No início, os professores serão contra, mas é só dizer: Tem que fazer! Se não fizer, não trabalha mais aqui!¹⁷

Outro elemento no movimento do mercado na educação consiste na abertura de capital ou IPO¹⁸. Condição para o IPO, a renúncia da condição de entidade filantrópica desvela a face mercantil do setor, que passa a assumir ostensivamente, em todos os aspectos, a condição de uma organização “de negócios”. A perda de benefícios fiscais decorrentes da renúncia à condição de filantropia é compensada pela busca de novos modelos de financiamento. Precedido de uma fase de cerca de três anos de ajustes e adaptação da “empresa” ao mercado, o IPO representa a transferência de poder decisório para investidores, que passam a controlar os resultados da atividade financiada. São contratadas consultorias, em geral de porte internacional, especializadas em realizar reengenharia em empresas dos mais diversos setores da economia e prepará-las para o mercado financeiro: corte de custos, customização, intensificação da extração de mais-valia intensiva e extensiva, adoção dos padrões gerenciais do mercado. A geração de valor desloca-se parcialmente da atividade-fim ou da mercadoria específica produzida/fornecida por aquela organização e passa a se concentrar nos papéis, no capital financeiro. A atividade-fim passa a ser considerada, em larga medida, um estorvo. A valorização das ações, paradoxalmente, ocorre pela descaracterização da atividade-fim da empresa que, neste caso, para baixar custos, rompe com qualquer caráter acadêmico e social de qualidade. O capital fictício alimenta-se de cadeias especulativas que pouco guardam relação com os atributos da mercadoria, mas com sua representação no mercado. Se a representação (ou capital de marca)¹⁹ pode derivar de uma potente estratégia de marketing, a base de lucros amplia-se das atividades-fim, o ensino, a pesquisa e a extensão, para o relacionamento com o mercado. Os custos com a força de trabalho, ampliados pela inserção dos trabalhadores produtores de valor de marca, devem ser enxugados

nas atividades docentes. É o conceito de lean-production²⁰ penetrando a sala de aula. Pretende-se, com isto, substituir o trabalho vivo docente por trabalho morto, cujo valor é repassado aos equipamentos e materiais pedagógicos veiculados por “novas tecnologias”, cujo uso precisa ser infinitamente maximizado. É esta substituição de trabalho vivo por trabalho morto que exige a descaracterização do trabalho docente, relação presencial, trabalho em ato, para mera transmissão mediada por suportes das novas tecnologias de informação e comunicação. Busca-se incessantemente o corte. A atividade educacional nas IES listadas nas bolsas de valores não pode representar, na ótica gerencialista, gastos que venham a causar preocupações nos investidores. Por outro lado, o capital de marca, parte dos ativos da organização e componente do capital intelectual, não se sustentaria se a própria atividade-fim não guardasse uma margem de lucratividade compensatória aos olhos dos grupos de investimento.

III – Considerações finais:

O quadro delineado acima impõe aos movimentos sociais de cunho transformador, particularmente os vinculados ao trabalho em educação, a defesa incondicional do caráter desta como bem público, como direito humano fundamental, assim como do papel regulador do Estado frente à ofensiva do “mercado” da Educação Superior. Vivemos o desafio da construção de um novo PNE: que ele expresse o direito universal à formação como direito do cidadão, como dever do Estado e que sepulte a idéia de educação como mercadoria. ◉

NOTAS:

1. *Aparecida de Fátima Tiradentes dos SANTOS, Desigualdade Social e Dualidade Escolar: Conhecimento e Poder em Paulo Freire e Gramsci, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.*
2. *“As afirmações do liberalismo são idéias-limite que, reconhecidas como racionalmente necessárias, tornaram-se idéias-força, realizaram-se no Estado burguês...”.* Antonio Gramsci, *Escritos Políticos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p 79.*
3. *Ver, a respeito destes conceitos, Dermeval Saviani, História das idéias pedagógicas no Brasil, São Paulo, Autores Associados, 2008, 2ª Ed revista e ampliada.*
4. György LUKÁCS, *Ontologia del ser social: El trabajo, Buenos Aires, Herramienta, 2004.*
5. *Aparecida de Fátima Tiradentes dos SANTOS, op cit.*
6. *Ângela SIQUEIRA, O Processo de Bolonha e as políticas para a educação superior, Conferência no Seminário Latinoamericano Universidade, Crise e Alternativas, UFRJ, julho de 2009.*
7. *Retiro-me à apresentação da consultoria Sungard Higher Education, especializada em internacionalização da Educação Superior, em evento promovido pelo Sindicato de Mantenedoras da Educação Superior do RJ, SEMEERJ, em novembro de 2008. Na ocasião, a principal justificativa para a internacionalização foi a busca do docente de menor custo onde quer que ele estivesse.*
8. *Ricardo ANTUNES, Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, São Paulo, Boitempo, 2006.*
9. *Magna Corrêa de Lima DUARTE e Paulo César Azevedo RIBEIRO, Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.sinpro-rio.org.br/Ed_superior/panorama.html acesso em 11/07/2009.*
10. *Valor divulgado por Rodrigo CAPELATO, presidente do SEMESP, Sindicato das Mantenedoras da Educação Superior do Estado de São Paulo, em conferência no II Congresso da Educação Superior Particular, Araxá, MG, junho de 2009.*
11. *ib*
12. *Ver nota anterior*
13. *Temos atualmente no Brasil cerca de 200 universidades corporativas, grande parte atuando em convênios com as IES, especialmente no segmento da graduação e pós-graduação. Ver, a este respeito, Aparecida de Fátima Tiradentes dos SANTOS e Nayla Cristine Ferreira RIBEIRO, Formação de trabalhadores no modelo de Educação Corporativa: homens ou máquinas?, Revista Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Brasília, Senac-DF, vol 3. N 1, jul-dez 2008, PP 109-118.*
14. *Magna Corrêa de Lima DUARTE e Paulo César Azevedo RIBEIRO, op cit.*
15. *Transcrição da apresentação de Ryon BRAGA, representante da consultoria Hoper Educacional, em apresentação no II Congresso da Educação Superior Particular, Araxá-MG, junho de 2009.*
16. *ib*
17. *ib*
18. *Sigla do original inglês para “oferta pública inicial” de ações, que designa a abertura de capital e listagem de uma determinada organização na Bolsa de Valores.*
19. *O conceito de capital de marca, integrante da fórmula do “capital intelectual”, é discutido criticamente em: Aparecida de Fátima Tiradentes dos SANTOS, A teoria do capital intelectual legitimando o conformismo psicofísico do trabalhador de “novo tipo”, in Antonia SOUZA, Enéas ARRAIS NETO et alii, Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores, Fortaleza, Ed SENAC-CE e Ed UFC, 2008, pp 329 a 346.*
20. *Termo utilizado na literatura sobre gestão organizacional, designando a produção enxuta, corte de custos, traços característicos do modelo de acumulação flexível.*



Revista CONTEÚDO foi destaque na CONFECOM

Em dezembro de 2009, aconteceu em Brasília/ DF a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. A atividade reuniu mais de 1500 participantes para debater e aprovar propostas de mudanças que culminem por priorizar os processos de democratização da comunicação no Brasil. A CONTEE marcou presença na atividade com a participação da assessora de comunicação da entidade, Daniele Moraes, e com a preparação e distribuição de uma edição especial da Revista CONTEÚDO totalmente dedicada à discussão sobre a importância da comunicação nas relações de trabalho e nas lutas social e sindical.

A publicação fez sucesso e foi solicitada por muitos delegados, tendo ficado também exposta no estande da Sociedade Civil e atraindo o interesse de todos. A CONTEE fez ainda cobertura em tempo real da atividade na página da entidade no Twitter (http://twitter.com/_contee)

A CONFECOM terminou com gosto de vitória para os segmentos ali representados e provou que as divergências não foram capazes de superar o poder de diálogo maduro estabelecido com muito esforço ao longo de todo o seu processo de construção. O saldo da Conferência, para além de seu caráter pedagógico, ficou por conta da formatação de propostas objetivas e concretas que resumem aquilo de que mais importante tem sido debatido sobre o tema no Brasil – por militantes, trabalhadores, usuários e empresários da comunicação.

Vandré Fernandes

Participantes da
CONFECOM
recebem a Revista
CONTEÚDO –
Especial Comunicação





Pernambuco recebe encontro da CONTEE

A primeira atividade realizada pela CONTEE no ano de 2010 aconteceu em um local privilegiado: a Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Lá estiveram os mais de 70 participantes do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da CONTEE, entre os dias 15 e 17 de janeiro, para debater sobre os principais temas relacionados à categoria.

Organizado pela Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, sob a coordenação do diretor Olmir Paludo, e com a colaboração da Secretaria geral da CONTEE, o Encontro discutiu a saúde dos trabalhadores, identidade, valorização profissional, intervenção e organização nacional. A mesa de abertura do Encontro contou com a presença de representantes do SINTEEPE, do SINTEPE, da CUT, da Coordenação Nordeste da CONTEE e da Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a Deputada Tereza Leitão (PT-PE).

A saúde do trabalhador está no limite

Reafirmando a importância da valorização do profissional e do respeito à saúde dos trabalhadores, em especial do setor privado de ensino, a CONTEE lançou neste ano uma Campanha específica sobre o tema. A demanda surgiu no último Seminário Nacional de Campanha e Negociação Salarial da Confederação, realizado em novembro de 2009.

Segundo pesquisa feita pelo DIESAT (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador), em parceria com a FETEE-Sul, sobre a saúde dos professores e técnicos e administrativos que atuam no setor privado de ensino do Rio Grande do Sul, 45% dos professores e 25% dos técnicos e administrativos gaúchos relataram problemas de saúde física ou mental relacionados ao trabalho.

Diante desses dados, a Campanha da CONTEE pretende agregar à luta dos trabalhadores a importante defesa da saúde e de melhores condições de trabalho para toda a categoria. Neste sentido, foram desenvolvi-



A Campanha da CONTEE em defesa da saúde do trabalhador conta com: cartaz, adesivo, camiseta, folheto, caixinha de medicamento e animação.

das peças publicitárias que têm sido personalizadas por cada entidade, com a inserção do respectivo logotipo, e utilizadas nas campanhas salariais 2010. Todos os materiais estão disponíveis para download no Portal da CONTEE: www.contee.org.br.

As importantes discussões do 10º FSM



A décima edição do Fórum Social Mundial, realizada em Porto Alegre e entorno, entre os dias 25 e 28 de janeiro, reuniu milhares de pessoas para debater os rumos do desenvolvimento do Brasil. Entre os temas de destaque: a priorização de investimentos dos recursos do Pré-Sal na educação.

A CONTEE marcou presença na atividade e reafirmou seu apoio a essa luta, sendo representada nas atividades, marchas e debates por: Cristina Castro, Secretária Geral da CONTEE; Maria Clotilde Lemos Petta, Secretária de Comunicação Social; José Roberto Torres Machado, Secretário de Finanças; Amarildo Cenci e Olmir Paludo, membros da diretoria plena da entidade. Durante o FSM, a Confederação distribuiu um kit de materiais da Campanha “Educação Não é Mercadoria” e ainda participou da mesa: “O Pré-Sal e o financiamento da Educação no Brasil”, organizada pelas entidades estudantis.

Na avaliação de Maria Clotilde um dos destaques do FSM foi a presença significativa de representantes de todas as centrais sindicais, com suas bancadas, e o reforço constante da necessidade de manutenção da unidade da esquerda brasileira neste momento decisivo, em especial com a proximidade das eleições presidenciais.

Arquivo CONTEE



Marcha marca a abertura da 10ª edição do FSM, em Porto Alegre/RS



CONTEE prestigia lançamento de Coletivo de Mulheres da Feteerj

A Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, representou a entidade em uma importante atividade promovida no início de fevereiro: o lançamento do Coletivo de Mulheres da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro – Feteerj. A atividade debateu temas como mercado de trabalho, machismo no movimento sindical, violência doméstica, necessidade de creches, entre outros.

Em sua fala, Cristina destacou o papel da educação no combate ao machismo e lembrou que a educação das crianças é feita em grande parte por mulheres, em casa ou na escola. “Por que só se pede aos homens para carregar peso? Por que se diz às meninas que têm cadernos bagunçados que seus cadernos estão iguais aos dos homens?”, questionou. A dirigente da CONTEE propôs que se coloque o debate sobre as diversas formas de violência contra as mulheres no meio educacional. “A educação tem que tomar consciência do seu papel na formação de valores”, concluiu.

Vem aí o XIV CONSIND da CONTEE

Está marcada para os dias 29 e 30 de maio a realização do XIV Conselho Sindical da CONTEE. A atividade acontecerá em São Paulo e precederá a Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, que também serão realizados na capital paulista, nos dias 31 de maio e 1º de junho, respectivamente.

A decisão de aproximar as datas dessas atividades tem como objetivo facilitar a participação das entidades filiadas à Confederação nos encontros, que prometem ter importância histórica para a luta dos trabalhadores brasileiros.

O XIV CONSIND terá como pauta: a Conjuntura Política, Econômica e Educacional – Desafios e Perspectivas para o projeto de desenvolvimento do Brasil, que atenda aos interesses e às necessidades dos trabalhadores. Além disso, deverá traçar também a própria estratégia de intervenção da entidade na Assembleia dos movimentos sociais e na CONCLAT.

Educação na pauta **Positiva**

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

A unidade da classe trabalhadora na luta por um Brasil melhor

Mais uma significativa página da história de luta dos movimentos sociais está prestes a ser escrita. Foi convocada para o dia 1 de junho de 2010 a 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat, que deve reunir todas as centrais sindicais, além de confederações, federações e demais entidades dos movimentos sociais e sindicais para debater sobre o projeto de desenvolvimento do País e traçar uma plataforma de luta unitária da classe trabalhadora para o próximo período.

A Conclat será precedida pela realização de uma Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais, a ser realizada na véspera da Conferência, no dia 31 de maio. A definição de apoio dos trabalhadores a um único candidato à Presidência da República está entre os objetivos das atividades, que acontecerão em São Paulo/SP.

Fechamento dos cursos de EAD

O Ministério da Educação apertou a fiscalização sobre as Instituições de Ensino Superior privadas que oferecem cursos de educação a distância. No início de 2010, o MEC anunciou a proibição da entrada de alunos em cursos da modalidade de cinco universidades, incluindo Unip (Universidade Paulista) e Estácio de Sá – as duas maiores particulares do País. Segundo o governo, 108 polos (pontos de apoio presenciais obrigatórios)

dessas instituições não estão credenciados e, por isso, não podem oferecer vagas no vestibular deste ano. A estimativa é de que, ao todo, esses polos irregulares receberiam 10 mil alunos. Além de Unip e Estácio, estão na relação a Cesumar (PR), a Finom (MG) e a Unisa (SP).

Desde 2008, 38 instituições credenciadas, responsáveis pelo atendimento de 77% dos alunos matriculados na EaD brasileira, estão em processo de supervisão do Ministério. O processo consiste na avaliação das condições de oferta dos cursos. As principais falhas das Instituições estão na delegação de responsabilidades a parceiros não autorizados pelo MEC e na falta de estruturação dos polos presenciais, situação que permite a elas oferecer cursos substancialmente mais baratos que os das instituições que obedecem à legislação educacional vigente.

Desafios para a *noossa luta*

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Entre eles, destacamos um aspecto negativo, em especial, que exigirá atenção redobrada:

A Lei do Piso tem que valer!

Desde o início do ano, os trabalhadores do setor público de ensino, com o apoio das entidades nacionais de educação, travam uma batalha pelo cumprimento da Lei 11.738, que regulamenta o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica (PSPN). O que está sendo desrespeitado é o artigo 5 da Lei, que estabelece a forma de reajuste do piso.

O Ministério da Educação recomendou um reajuste de 7,86%, valor contestado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Segundo a entidade, a indicação de reajuste afronta de forma grave a Lei do Piso. Para a CNTE, o PSPN, em 2010, corresponde à quantia de R\$ 1.312,85, ou seja, deve-se aplicar ao valor de 2009 (R\$ 1.132,40) o percentual de correção do Fundeb deste ano que foi de 15,94%.

A CONTEE acredita e emprenha-se na disseminação da concepção de que a valorização do profissional de educação deve ser uma luta conjunta de toda a sociedade brasileira. Portanto, a Lei do Piso tem que valer!



Mais mulheres *no poder*

A luta pela emancipação da mulher, sua inserção no mercado de trabalho e uma maior participação nas instâncias de poder e decisão do País são conquistas que ainda precisam avançar. Em 2010, podemos contribuir para a diminuição dessas desigualdades. Mulheres no Poder: mais direitos, mais igualdade!

Em 2010, o marco da luta das mulheres em todo o mundo pela conquista de direitos e melhores condições de vida e trabalho completa 100 anos. Evidentemente, a atuação feminista transcende as comemorações do Dia Internacional da Mulher, sempre em 8 de março, mas tem na data uma referência histórica que estabelece e demarca muitas conquistas alcançadas e inúmeros avanços que ainda estão por vir.

No Brasil, teremos também neste ano mais uma oportunidade de consolidar posições de destaque para as mulheres, em especial no que tange às instâncias de Poder e organização política. As eleições serão, certamente, um momento decisivo para expandirmos a participação das mulheres brasileiras nos órgãos de decisão do Brasil.

A grande dificuldade encontrada ainda pelas mulheres para ocuparem esses espaços se dá por diversos aspectos. Podemos citar as dificuldades de acesso à educação, à inserção no mercado de trabalho, a dupla jornada, os casos de assédio e violência moral nos ambientes de trabalho e ainda a baixa inserção de mulheres nas atividades políticas e sindicais.

O estímulo à participação das mulheres nos sindicatos, por exemplo, passa também pelo aprofundamento da discussão de gênero e classe dentro das próprias entidades. Na categoria de trabalhadores da educação, essa realidade é ainda mais relevante, uma vez que as mulheres são maioria esmagadora. Entre as iniciativas a serem implementadas pelas entidades, sugeridas e aplicadas em centrais sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), está a adoção de cotas de representatividade feminina na direção dos sindicatos.

Para a Secretária da Mulher da CTB, Abigail Pereira, “compreender a origem dessa discriminação e as diferentes formas com que ela se manifesta na sociedade, no mundo do trabalho e inclusive no movimento sindical é essencial para a elaboração da plataforma de luta concreta dentro das entidades sindicais para enfrentar os desafios da atuação da relação mulher/trabalho/ participação sindical”.

Para Rosane Silva, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, “as causas históricas da divi-

são sexual do trabalho e da representação política são antigas e complexas. Não é sem propósito que, mesmo as mulheres sendo a maioria da população e quase metade da classe trabalhadora, ainda recebem salários inferiores ao dos homens e ainda são minoria nos espaços de decisão, no âmbito legislativo, judiciário, executivo, nas hierarquias religiosa e militar e porque não dizer, nos espaços do mundo do trabalho. Infelizmente o movimento sindical não está imune a tudo isso e reproduz quase que integralmente as mesmas formas presentes na sociedade. A luta cotidiana para romper com os maus hábitos de companheiros e companheiras nos deixa por muitas vezes sem chão e porque não dizer, desesperançadas. Mas, quando isso ocorre, nos reportamos às diversas lutas travadas pelas mulheres e no apoio e solidariedade que encontramos em valorosos companheiros homens”, acredita.

Para a presidente da União Brasileira de Mulheres, Eline Jones, a grande marca da conquista das mulheres nesses cem anos é “a compreensão de que as questões das relações de gênero, dos direitos da mulher, são uma responsabilidade do Estado. As questões de saúde da mulher, violência contra a mulher são questões sociais, saem do âmbito do

privado. Esta é a grande conquista”. Entretanto, Eline diz que ainda há muito o que conquistar: “faltam muitas conquistas legais, para institucionalizar a igualdade de direitos, e é preciso também fazer com que as leis que existem se cumpram na vida, na realidade”. Eline Jones dá como exemplo uma lei que ainda muitas vezes encontra dificuldade para ser cumprida: a licença-maternidade. Segundo a presidente da UBM, em geral as mulheres são pressionadas pelas empresas a ficarem de licença no máximo três meses, ao invés dos quatro meses garantidos pela legislação.

Outro desafio que ela apresenta é a ques-

tão da violência contra a mulher. Eline explica que existe uma relação de propriedade sobre o corpo da mulher e por isso a violência muitas vezes é naturalizada. Para a feminista, muitas dessas mudanças estão no âmbito cultural, da educação, da formação dos cidadãos.

CONTEE destaca os 100 anos do Dia Internacional da Mulher

Foi pensando nesta realidade que a CONTEE criou um cartaz especial para o Dia Internacional da Mulher, destacando a necessidade da participação política das mulheres e celebrando o marco dos 100 anos das comemorações do dia 8 de março. Para a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, é preciso incentivar o protagonismo feminino nas entidades para que isso se reflita em toda a categoria e na sociedade. “A luta da mulher brasileira por sua emancipação é fundamental para o estabelecimento de alicerces sólidos para a construção do País pelo qual tanto lutamos”.



Cartaz produzido pela
CONTEE para os 100
anos do Dia Internacional
da Mulher

OS 100 ANOS DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A ideia de criar um dia internacional para celebrar as lutas e conquistas das mulheres em todo o mundo surgiu em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a exemplo das socialistas dos Estados Unidos que, em 1908, passaram a organizar um dia dedicado à luta pelo direito ao voto.

A definição do 8 de março como data se deu somente em 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, em homenagem à iniciativa de operárias russas que, neste dia (23 de fevereiro no calendário russo), realizaram uma greve geral contra a fome, a guerra e o czarismo – lutas que integraram o processo que culminou na revolução russa.

A data foi oficializada a partir de 1922, simbolizando o conjunto de ações de mulheres que, cotidianamente, lutam por transformações no trabalho e na sociedade. Durante décadas, a história do incêndio em uma tecelagem norte-americana, que matou mais de cem mulheres que estavam em greve foi difundida como sendo o fato que gerou as celebrações do Dia Internacional da Mulher. Entretanto, estudos realizados por historiadoras feministas não encontraram evidência de que este episódio tenha originado a data. Fonte: CUT



RETRATO DAS MULHERES NO PODER NO BRASIL

JUDICIÁRIO

Apenas no ano 2000, foi nomeada a primeira mulher para a Corte Suprema Brasileira.

No Poder Judiciário, os dados mostram que, na base do quadro de advogadas e advogados no Brasil, as mulheres chegam a 44%, mas, à proporção que sobe a hierarquia, o percentual diminui, alcançando 30% na Magistratura, 19% nos Conselhos Nacionais de Justiça e 15,5% nos Tribunais Superiores. No Supremo Tribunal Federal, são duas mulheres e nove homens. Apenas no ano 2000, foi nomeada a primeira mulher para a Corte Suprema Brasileira, a ministra Ellen Gracie, posteriormente também eleita a primeira presidente do Supremo Tribunal Federal. A presença massiva das mulheres na advocacia mostra que, no que depende de estudo e competências para o ingresso em instâncias que exigem concurso público, as mulheres alcançam sucesso. Mas as dificuldades aumentam à medida que precisam de

indicação para ocupar cargos de maior nível.

LEGISLATIVO

O Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking da IUP, com aproximadamente 10% de presença feminina na Câmara dos Deputados e no Senado.

A presença de mulheres nos Parlamntos Mundiais não chega a 20%, segundo dados da União Interparlamentar (IUP). Esta sub-representação é generalizada, pouquíssimos países se aproximam da paridade de gênero. O Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking da IUP, com aproximadamente 10% de presença feminina na Câmara dos Deputados e no Senado. O

É preciso incentivar o protagonismo feminino nas entidades para que isso se reflita em toda a categoria e na sociedade

O estímulo à participação das mulheres nos sindicatos passa também pelo aprofundamento da discussão de gênero e classe dentro das próprias entidades

percentual é muito baixo, também, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, entre 11% e 12%. Esse quadro se deve a diversos motivos, entre eles a ideia ainda reproduzida de que à mulher cabe o espaço doméstico ou privado, e não o público, o da política, culturalmente reservado aos homens. Corroborando para a manutenção desta desigualdade no Parlamento o não cumprimento por parte dos partidos políticos brasileiros da legislação que assegura uma cota por sexo.

EXECUTIVO

O Brasil nunca teve uma mulher na Presidência da República, assim como poucas candidatas ao cargo.

Nos espaços de Poder Executivo, a sub-representação feminina é evidenciada. O Brasil nunca teve uma mulher na Presidência da República, assim como poucas candidatas ao cargo, fato que não ocorre em outros países, que têm ou já tiveram mulheres como Chefes de Estado e de Governo, inclusive vizinhos na América Latina, como o Chile e a Argentina. Nos Estados e Prefeituras, a presença feminina está entre 13% e 8%, respec-

tivamente. Nas Secretarias de Governo das Capitais e dos Estados e Distrito Federal, esse percentual aumenta para próximo a 20%, mas é interessante ressaltar que as secretárias ocupam, em sua grande maioria, entre 60% e 70%, pastas relacionadas ao mundo doméstico e de cuidados, as áreas de Educação e Assistência Social.

EMPRESAS

Nos últimos dez anos as mulheres têm alcançado crescimento em todos os postos hierárquicos e são cada vez mais empreendedoras, ou seja, tornam-se chefes dos próprios negócios.

O percentual de mulheres chefes de empresas no mundo chega a 24%, e o Brasil está próximo a esse percentual, 21%. A área empresarial parece ser onde as mulheres ascendem com mais sucesso nos espaços de poder e decisão, mostrando que as conquistas sociais, como a maior escolaridade e liberdades individuais, estão envolvidas no processo. Os dados mostram que elas são maioria em cargos de encarregadas e coordenadoras, e os percentuais decaem à medida que aumenta o nível do cargo. Entretanto, os números revelam que nos últimos dez anos as mulheres têm alcançado crescimento em todos os postos hierárquicos e são cada vez mais empreendedoras, ou seja, tornam-se chefes dos próprios negócios.

SOCIEDADE

A representação feminina em cargos máximos em sindicatos, movimento estudantil e partidos políticos não chega a 20%.

Apesar da importância em termos numéricos, sua maior escolaridade e a crescente inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda recebem salários inferiores aos masculinos, ocupam atividades de menor status social e são minoria nos postos de decisão e direção. A representação feminina em cargos máximos em sindicatos, movimento estudantil e partidos políticos não chega a 20%. Tal situação está relacionada, entre outros fatores, com a divisão sexual do trabalho e a não co-responsabilização de tarefas domésticas e familiares entre mulheres e homens. ●

Fonte: Site www.maismulheresnoperbrasil.com.br/ Observatório Brasil da Igualdade de Gênero



A nova Conclat *vem aí*

Convocada pelo Fórum das Centrais Sindicais, a segunda edição da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat acontecerá no dia 1º de junho de 2010 e promete entrar para a história dos movimentos sociais no Brasil. Na ocasião, lideranças sindicais de todo o País debaterão e definirão o apoio dos trabalhadores a um candidato à Presidência da República.



Durante o Conclat, cerca de 10 mil lideranças sindicais debaterão e aprovarão documento unitário que definirá o apoio da classe trabalhadora a um candidato à Presidência da República nas Eleições de 2010.

Numa decisão histórica para o sindicalismo brasileiro, o Fórum das Centrais Sindicais – composto por CTB, CUT, Força Sindical, UGT, NCST e CGTB – convocou para o dia 1º de junho a realização de uma nova Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Os sindicalistas também decidiram realizar uma Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais no dia 31 de maio, também em São Paulo. A convocação foi divulgada após reunião das Centrais em janeiro e aprovada nas plenárias dos movimentos sociais na última edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre e Salvador.

As centrais pretendem reunir mais de 10 mil lideranças sindicais de todo Brasil na para debater e aprovar o documento unitário e definir o apoio a um candidato à Presidência da República, que dê continuidade ao projeto político implementado no País desde 2002 e que aprofunde o processo de mudanças em curso. Esta será apenas a segunda vez em que será realizado um Conclat. A primeira edição da atividade ocorreu há 29 anos, em agosto de 1981.

Para o Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Artur Henrique, “a Conferência será o momento de apontarmos coletiva-

mente um conjunto de diretrizes, com a visão da classe trabalhadora, que as centrais vão debater em todos os Estados”. Uma vez aprovada, explicou, “será um instrumento de mobilização e ação sindical que contribuirá no processo eleitoral, demarcando campo com a direita”. “As centrais são autônomas e independentes, mas têm lado: o dos trabalhadores, da defesa de um projeto de desenvolvimento para o país com valorização do trabalho e distribuição de renda. A direita nunca abriu espaços para os trabalhadores incidirem, pelo contrário, sabemos o que representa:

privatização, desmonte do Estado, arrocho salarial, precarização e desemprego”.

De acordo com o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Wagner Gomes, a iniciativa unificará o movimento, de modo a elevar o protagonismo dos trabalhadores na vida política nacional, bem como sua influência nas eleições deste ano. “O objetivo da conferência será debater e expor ao Brasil a visão da classe trabalhadora sobre um novo projeto de desenvolvimento nacional. Vamos elaborar um documento com propostas unificadas que visam o desenvolvimento nacional e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Estou convencido de que o fato de as seis centrais sindicais redigirem esse documento é um acontecimento histórico. Por meio dele, vamos participar ativamente da disputa eleitoral de 2010, com a classe unida e a opinião dos trabalhadores muito bem definida. Isso é motivo de comemoração, é um grande feito político”, finalizou Wagner.

Em seu VII Congresso, realizado em São Paulo, em agosto de 2009, a CONTEE aprovou resolução de apoio à “realização de um fórum, reunindo representantes das centrais, confederações, federações, sindicatos e respectivas bases e movimentos”. Com o objetivo de “definir uma agenda de ações e lutas conjuntas, bem como uma plataforma unitária das classes trabalhadoras, tendo em vista a disputa política e de projetos nas eleições de 2010”. Tal decisão foi amparada na conduta histórica da CONTEE de apoio à mobilização, resistência e luta das classes trabalhadoras em defesa do emprego, dos salários e dos direitos sociais.

Com informações da CUT e do Vermelho



CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Leia a seguir o documento, divulgado no X Fórum Social Mundial, que convoca a Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais, a ser realizada em 31 de maio, e também a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que acontecerá 1º de junho de 2010 – ambas em São Paulo/SP.

ASSEMBLEIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – Porto Alegre, 29 de janeiro de 2010.

10 ANOS DO FSM - OUTRO MUNDO ACONTECE!

O Fórum Social Mundial surgiu em 2001 como uma forma de resistência dos povos de todo o planeta contra a avalanche neoliberal dos anos 90. Dessa forma ganhou força e se tornou um grande pólo contra hegemônico ao Capitalismo financeiro.

Nesses 10 anos passou pelo Brasil, Venezuela, Índia, Quênia levando a esperança de um mundo novo. Foi dessa maneira que o FSM conseguiu contagiar corações e mentes para a idéia de que é sim possível construir outro mundo com justiça social, democracia, sem destruir o planeta e valorizando as culturas nacionais. O FSM foi fundamental para construir uma nova conjuntura que valorize o multilateralismo e a solidariedade entre os povos. E é assim que partiremos para novas lutas e para construir o próximo Fórum Social Mundial em Dakar em janeiro de 2011.

Com o declínio do neoliberalismo e a crise do capitalismo entraram em choque também os valores capitalistas. Assim, o capitalismo predatório que destrói o meio ambiente causando graves desequilíbrios climáticos, que desrespeita os povos de todo o mundo e suas soberanias, explora o trabalhador e destrutura o mundo do trabalho, que exclui o jovem, discrimina o homossexual, oprime a mulher, marginaliza o negro, mercantiliza a cultura, passa a ser questionado. Portanto, as crises atuais nada mais

são do que crises do modelo de desenvolvimento adotado, que é o das grandes corporações capitalistas. De tal maneira, essa crise do Capitalismo coloca os movimentos sociais em situação mais favorável para travar a luta.

O mundo mudou. E a crise do sistema financeiro mundial é uma derrota do Imperialismo. Assim caminha-se para a busca de soluções multilaterais reforçando órgãos como o G-20. Ao mesmo tempo emergem novas potencias como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) que representa o fortalecimento das nações emergentes. Isso sem falar na América Latina que atrai os olhos de todo o planeta diante de sua onda transformadora e mudancista. Escorre pelo ralo o velho ideário neoliberal do Estado mínimo e o Estado volta a ser o grande instrumento de fomentação do desenvolvimento.

Por outro lado, a hegemonia mundial ainda é capitalista e as elites

não entregarão o continente que sempre foi tido como o quintal do Imperialismo de mão beijada. Não é à toa a promoção do golpe em Honduras em 2009 e contra Chávez em 2002, a desestabilização de Lugo no Paraguai, a tentativa de golpe contra Lula no Brasil em 2005. A turma do neoliberalismo não está morta e demonstrou isso nas eleições do Chile. Ao mesmo tempo, as elites se utilizam e fortalecem novos instrumentos de dominação.

Sua principal arma hoje é a grande mídia e os grandes veículos de comunicação. São esses organismos que funcionam como verdadeiros porta-vozes das elites conservadoras e golpistas. Nesse sentido ganham força os movimentos de cultura livre que conseguem driblar o monopólio midiático e influenciar a opinião de milhares de pessoas e a necessidade do fortalecimento das rádios comunitárias.

O Imperialismo mostra a cada dia a sua face. Elegeu Obama em um grande movimento de massas carregando consigo as esperanças do povo estadunidense em superar a era Bush. Entretanto o Imperialismo continua sendo Imperialismo. Dessa forma cresce seu olho diante das grandes riquezas descobertas como o Pré-sal. Os EUA reativaram a quarta frota marítima e instalaram mais bases militares na Colômbia de seu amigo Uribe, além de insistir no retrógrado bloqueio a Cuba.

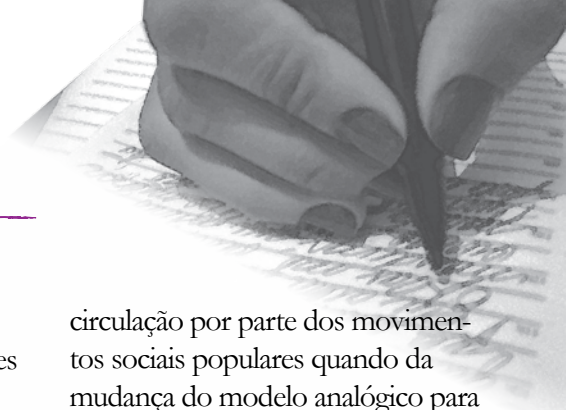
Os movimentos sociais reunidos no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre reafirmam seu compromisso com a luta por justiça social, soberania, pela integração solidária da América Latina e de todos os povos do mundo, pelo fortalecimento do multilateralismo, contra o Imperialismo, pela autodeterminação dos povos e contra todas as formas de opressão. Dessa forma, os movimentos sociais brasileiros convocam a Assembléia Nacional dos Movimentos Sociais para o dia 31 de maio em São Paulo e definem as seguintes bandeiras de luta:

SOBERANIA NACIONAL

- Defesa do Pré-sal 100% para o povo brasileiro;
- Pela retirada das bases estrangeiras da América Latina e Caribe;
- Defesa da autodeterminação dos povos;
- Pela retirada imediata das tropas dos EUA do Afeganistão e do Iraque;
- Pela criação do Estado Palestino;
- Contra os Golpes de Estado a exemplo de Honduras;
- Contra a presença da 4ª Frota na América Latina;
- Pela integração solidária da América Latina;
- Contra a volta do neoliberalismo;
- Pelo fortalecimento do MERCOSUL, UNASUL e da ALBA;
- Pela democratização e o fortalecimento das forças armadas;
- Pela defesa da Amazônia como patrimônio nacional.

DESENVOLVIMENTO

- Por uma política nacional de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que preserve o meio ambiente e a biodiversidade, e que resguarde a soberania sobre a Amazônia brasileira.
- Por um Projeto Nacional de Desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho;
- Pelo fortalecimento da indústria nacional;
- Contra o latifúndio;
- Em defesa da Reforma Agrária;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Por políticas Públicas para a Juventude;
- Defesa de formas de organização econômica baseadas na cooperação, autogestão e culturas locais;
- Pela alteração da Lei Geral do Cooperativismo e da conquista de um Sistema de Finanças Solidárias e Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES), do Direito ao Trabalho Associado e Autogestionário, e de um Sistema de Comércio Justo e Solidário;
- Por um desenvolvimento local sustentável;
- Por Políticas Públicas de Igualdade Racial;



DEMOCRACIA

-Contra os monopólios midiáticos;

-Contra a criminalização dos movimentos sociais;

-Em defesa da Cultura livre: É necessário que todo o processo de criação e difusão seja livre, garantindo aos sujeitos sociais condições suficientes para criarem e acessarem todos os bens culturais;

-Pela ampliação da participação do povo nas decisões;

-Contra o golpe em Honduras;

-Contra a desestabilização dos governos democráticos e populares da América Latina;

-Democratizar os meios de comunicação, visando a pluralidade de opiniões e o respeito e difusão das opiniões das minorias. Pela criação imediata de um canal aberto de televisão pública. Pela integração da TV pública brasileira ao projeto da Telesul. Fortalecimento das rádios e TVs públicas e comunitárias. Concessão de linhas de financiamento a projetos de criação de novas TV's, Rádios, Jornais e Revistas de grande

circulação por parte dos movimentos sociais populares quando da mudança do modelo analógico para o modelo digital brasileiro;

-Pelo fim das patentes de remédios;

-Contra o caráter restritivo a distribuição de conhecimento e propriedade intelectual; Pela revisão da lei de direito autoral brasileira, enfocando nos novos formatos de distribuição de conteúdo em mídias digitais;

-Contra a intolerância religiosa, em defesa do Estado laico.

MAIS DIREITOS AO POVO

-Educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, com a universalização do acesso, promoção da qualidade e incentivo à permanência, seja na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior. Por uma campanha efetiva de erradicação do analfabetismo. Adoção de medidas que democratizem o acesso ao ensino superior público;

-Defesa da saúde pública

garantindo acesso da população a atendimento de qualidade. Tratamento preventivo às doenças, atendimento digno às pessoas nas instituições públicas;

-Pela garantia e ampliação dos direitos sexuais reprodutivos;

-Contra a exploração sexual das mulheres;

-Pelo fim do fator previdenciário e por reajuste digno para os aposentados.

SOLIDARIEDADE

-Solidariedade ao povo haitiano diante do recente desastre ocorrido em virtude de uma sequência de terremotos;

-Solidariedade ao povo cubano – pela liberdade dos 5 prisioneiros políticos do Império.

-Solidariedade aos povos oprimidos do mundo. ●

CALENDÁRIO

1/5

“Dia do trabalhador”

31/5

Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais

1/6

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

28/9

Dia de Luta contra a criminalização das mulheres que fazem aborto e Dia de Luta pela Legalização do Aborto

20/11

Dia da Consciência Negra

25/11

Dia de combate a violência contra as mulheres



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br